

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	21
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Comentário do Desempenho	24
Notas Explicativas	28
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	127

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	130
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.087.050.297
Preferenciais	265.583.803
Total	1.352.634.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	18/05/2012	Juros sobre Capital Próprio	29/05/2012	Ordinária		1,28004
Assembléia Geral Ordinária	18/05/2012	Juros sobre Capital Próprio	29/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	2,26361
Assembléia Geral Ordinária	18/05/2012	Juros sobre Capital Próprio	29/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	1,69770
Reunião do Conselho de Administração	22/01/2010	Dividendo	28/06/2012	Ordinária		3,61670
Reunião do Conselho de Administração	22/01/2010	Dividendo	28/06/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	4,59859
Reunião do Conselho de Administração	22/01/2010	Dividendo	28/06/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	0,05806

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	112.966.502	111.690.509
1.01	Ativo Circulante	20.103.599	21.382.893
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.688.995	4.431.367
1.01.01.01	Caixa	743.772	1.396.729
1.01.01.02	Caixa Restrito	4.945.223	3.034.638
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.394.261	8.499.178
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	5.394.261	8.499.178
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	5.394.261	8.499.178
1.01.03	Contas a Receber	244.353	579.433
1.01.03.01	Clientes	244.353	579.433
1.01.04	Estoques	1.068	729
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.774.922	7.872.186
1.01.08.03	Outros	8.774.922	7.872.186
1.01.08.03.01	Financiamentos e empréstimos	4.027.231	3.848.043
1.01.08.03.02	Conta de consumo de combustível	1.313.165	1.184.936
1.01.08.03.03	Remuneração de participações acionárias	1.209.297	633.832
1.01.08.03.04	Impostos e Contribuições sociais	1.826.351	1.594.227
1.01.08.03.05	Ativo financeiro-Concessão de serviço Público	0	310.960
1.01.08.03.07	Diversos	398.878	300.188
1.02	Ativo Não Circulante	92.862.903	90.307.616
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.815.422	35.424.413
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	402.220	379.707
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	402.220	379.707
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.568.139	2.044.513
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.568.139	2.044.513
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	34.845.063	33.000.193
1.02.01.09.03	Ativo financeiro-Concessões de serviço público	2.923.605	1.724.009
1.02.01.09.04	Financiamentos e empréstimos	24.167.292	23.878.099
1.02.01.09.05	Cauções e Depósitos vinculados	754.865	715.189
1.02.01.09.06	Conta de consumo de combustível	485.455	727.136
1.02.01.09.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	5.984.683	5.673.361
1.02.01.09.08	Diversos	529.163	282.399
1.02.02	Investimentos	55.887.099	54.722.656
1.02.02.01	Participações Societárias	55.887.099	54.722.656
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	3.756.919	3.603.645
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	51.533.712	50.623.022
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	596.468	495.989
1.02.03	Imobilizado	113.157	112.397
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	109.654	108.894
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.503	3.503
1.02.04	Intangível	47.225	48.150
1.02.04.01	Intangíveis	47.225	48.150
1.02.04.01.02	Outros	47.225	48.150

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	112.966.502	111.690.509
2.01	Passivo Circulante	11.647.170	9.635.996
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	24.308	21.128
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	24.308	21.128
2.01.02	Fornecedores	437.738	384.676
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	437.738	384.510
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	166
2.01.03	Obrigações Fiscais	150.186	40.190
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	150.186	40.190
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	150.186	40.190
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	647.948	488.120
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	647.948	488.120
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	647.948	488.120
2.01.05	Outras Obrigações	10.386.990	8.701.882
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	119.086	109.050
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	119.086	109.050
2.01.05.02	Outros	10.267.904	8.592.832
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	3.626.848	4.323.713
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	12.511	15.620
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	376.412	368.943
2.01.05.02.06	Conta de consumo de combustível	4.223.180	3.079.796
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	935.233	710.308
2.01.05.02.08	Benefício Pós- emprego	9.202	4.375
2.01.05.02.09	Participação nos lucros e resultados	0	37.800
2.01.05.02.10	Passivo financeiro - Concessão de serviços públicos	993.570	0
2.01.05.02.11	Diversos	90.948	52.277
2.02	Passivo Não Circulante	22.535.331	25.211.004
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	18.179.943	17.806.158
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	18.179.943	17.806.158
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	8.874.008	8.931.891
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.305.935	8.874.267
2.02.02	Outras Obrigações	1.843.857	5.102.619
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	100.087	155.676
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	100.087	155.676
2.02.02.02	Outros	1.743.770	4.946.943
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	148.695	148.695
2.02.02.02.03	Empréstimo compulsório	246.802	211.554
2.02.02.02.04	Remuneração aos acionistas	0	3.143.222
2.02.02.02.05	Conta de consumo de combustíve I- CCC	822.081	954.013
2.02.02.02.06	Benefício Pós-Emprego	161.408	161.408
2.02.02.02.07	Diversos	364.784	328.051
2.02.03	Tributos Diferidos	414.876	383.682
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	414.876	383.682
2.02.04	Provisões	2.096.655	1.918.545
2.02.04.02	Outras Provisões	2.096.655	1.918.545

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	1.310.098	1.446.397
2.02.04.02.05	Provisões para passivo a descoberto em controladas	786.557	472.148
2.03	Patrimônio Líquido	78.784.001	76.843.509
2.03.01	Capital Social Realizado	31.305.331	31.305.331
2.03.02	Reservas de Capital	26.048.342	26.048.342
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310
2.03.02.07	Doações e subvenções	19.258.527	19.258.527
2.03.02.08	Outras reservas de capital	3.405.505	3.405.505
2.03.04	Reservas de Lucros	18.571.012	19.277.029
2.03.04.01	Reserva Legal	2.233.017	2.233.017
2.03.04.02	Reserva Estatutária	16.337.995	16.337.994
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	706.018
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.624.268	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	213.398	220.915
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	21.650	-8.108

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	89.117	1.363.087	511.460	1.598.730
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-35.388	-102.819	-45.670	-105.450
3.03	Resultado Bruto	53.729	1.260.268	465.790	1.493.280
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	66.614	-44.254	-431.550	-266.283
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-793.466	-1.986.989	-744.006	-1.534.850
3.04.02.01	Pessoal, material e serviço	-112.634	-220.309	-123.930	-236.190
3.04.02.02	Energia comprada para revenda	-605.451	-1.190.289	-470.903	-940.361
3.04.02.03	Depreciação e amortização	-1.595	-3.108	-1.608	-3.221
3.04.02.04	Provisões operacionais	55.377	-186.836	-78.096	-182.926
3.04.02.05	Doações e contribuições	-63.932	-153.062	-49.849	-124.385
3.04.02.06	Outras	-65.231	-233.385	-19.620	-47.767
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	860.080	1.942.735	312.456	1.268.567
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	120.343	1.216.014	34.240	1.226.997
3.06	Resultado Financeiro	1.483.504	1.877.110	22.758	266.346
3.06.01	Receitas Financeiras	1.820.465	2.909.910	971.851	1.963.057
3.06.02	Despesas Financeiras	-336.961	-1.032.800	-949.093	-1.696.711
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.603.847	3.093.124	56.998	1.493.343
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-255.060	-476.373	269.629	117.850
3.08.01	Corrente	-255.060	-476.373	269.629	117.850
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.348.787	2.616.751	326.627	1.611.193
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.348.787	2.616.751	326.627	1.611.193

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	1.348.787	2.616.751	347.087	2.627.424
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-32.734	29.759	-51.296	29.758
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.316.053	2.646.510	295.791	2.657.182

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.429.568	4.431.486
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	364.804	670.151
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	3.093.124	1.493.343
6.01.01.02	Dpreciação e amortização	3.107	3.221
6.01.01.03	Variação monetária/cambial	-739.051	280.375
6.01.01.04	Encargos financeiros	-705.280	-703.452
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-1.942.735	-1.268.567
6.01.01.08	Provisões Contingências	-136.301	-13.590
6.01.01.09	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-65.847	53.845
6.01.01.10	Ajuste a valor presente	-5.812	0
6.01.01.11	Encargos de reserva global de reversão	184.226	172.052
6.01.01.12	Encargos sobre recursos de acionistas	359.567	650.903
6.01.01.15	Provisão para perda com Investimentos	43.065	0
6.01.01.16	Provisão para passivo a descoberto	314.409	95.022
6.01.01.17	Outras	-37.668	-93.001
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.923.962	2.916.517
6.01.02.03	Títulos e valores mobiliários	3.082.404	3.340.453
6.01.02.08	Ativo financeiro de contratos de concessão	-250.377	-488.689
6.01.02.11	Fornecedores	25.680	16.584
6.01.02.13	Almoxarifaado	-339	-93
6.01.02.17	Obrigações estimadas	3.180	12.964
6.01.02.20	Diversos	63.414	35.298
6.01.03	Outros	1.140.802	844.818
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-259.481	-188.597
6.01.03.02	Pagamento de encargos da Reserva Gloval de Reversão	-119.196	-134.686
6.01.03.03	Recebimento de encargos financeiros	907.125	580.263
6.01.03.04	Pagamento de IR e CSSL	-272.125	-422.229
6.01.03.05	Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	900.910	1.011.762
6.01.03.06	Depósitos judiciais	-16.431	-1.695
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-25.138	-721.720
6.02.01	Concessão de empréstimos e financiamaentos	-615.359	-1.058.560
6.02.02	Recebimento de empréstimo e financeimaneto concedidos	1.380.000	1.162.168
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-2.906	-12.427
6.02.07	Aquisição/aporte de capital em participação societária	-45.679	0
6.02.08	Concessão de Adiantamento para futuro aumento de capital	-741.194	-812.901
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.057.387	-4.110.698
6.03.01	Empréstimo e financiamento obtidos a longo prazo	757	4.701
6.03.02	Pagamento de empréstimo e financiamento principal	-738.291	-567.497
6.03.03	Pagamento e remuneração aos acionistas	-4.763.367	-4.040.210
6.03.05	Empréstimo compulsório e Reserva global de reversão	443.514	492.308
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-652.957	-400.932
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.396.729	5.598.702
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	743.772	5.197.770

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	19.497.947	0	-8.111	76.843.509
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	19.497.947	0	-8.111	76.843.509
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-706.018	0	-18.795	-724.813
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	-18.795	-18.795
5.04.06	Dividendos	0	0	-706.018	0	0	-706.018
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.616.751	48.554	2.665.305
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.616.751	0	2.616.751
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	48.554	48.554
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	143.672	143.672
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-79.788	-79.788
5.05.02.06	IR/CS diferido s/Result. Abrangentes	0	0	0	0	-15.330	-15.330
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-7.517	7.517	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.517	0	7.517
5.06.05	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-7.517	0	0	-7.517
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	18.784.412	2.624.268	21.648	78.784.001

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	26.156.567	26.048.342	16.804.852	916.535	377.816	70.304.112
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-899	0	-899
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	26.156.567	26.048.342	16.804.852	915.636	377.816	70.303.213
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.148.764	0	0	-753.201	0	4.395.563
5.04.01	Aumentos de Capital	5.148.764	0	0	0	0	5.148.764
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-753.201	0	-753.201
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.611.193	-58.595	1.552.598
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.611.193	0	1.611.193
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-58.595	-58.595
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	74.620	74.620
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4.315	-4.315
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes reflexos	0	0	0	0	-128.900	-128.900
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-205.349	0	0	-205.349
5.06.04	Realização de Reserva de Lucros	0	0	-205.349	0	0	-205.349
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	16.599.503	1.773.628	319.221	76.046.025

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	1.363.087	1.592.411
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.363.087	1.592.411
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.664.610	-1.214.214
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-287.485	-90.927
7.02.04	Outros	-1.377.125	-1.123.287
7.02.04.01	Energia comprada para revenda	-1.190.289	-940.361
7.02.04.02	Provisões Operacionais	-186.836	-182.926
7.03	Valor Adicionado Bruto	-301.523	378.197
7.04	Retenções	-3.108	-3.221
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.108	-3.221
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-304.631	374.976
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.852.645	3.231.624
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.942.735	1.268.567
7.06.02	Receitas Financeiras	2.909.910	1.963.057
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.548.014	3.606.600
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.548.014	3.606.600
7.08.01	Pessoal	166.209	186.711
7.08.01.01	Remuneração Direta	155.711	174.020
7.08.01.04	Outros	10.498	12.691
7.08.01.04.01	Plano de aposentadoria e pensão	10.498	12.691
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	579.192	-12.400
7.08.02.01	Federais	579.192	-12.400
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.185.862	1.821.096
7.08.03.01	Juros	1.032.800	1.696.711
7.08.03.03	Outras	153.062	124.385
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	153.062	124.385
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.616.751	1.611.193
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.616.751	1.611.193

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	167.774.958	163.142.432
1.01	Ativo Circulante	35.242.565	36.662.672
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.883.775	7.994.425
1.01.01.01	Caixa	3.938.552	4.959.787
1.01.01.02	Caixa restrito	4.945.223	3.034.638
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.771.395	11.252.504
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.771.395	11.252.504
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	7.771.395	11.252.504
1.01.03	Contas a Receber	4.395.506	4.352.024
1.01.03.01	Clientes	4.395.506	4.352.024
1.01.04	Estoques	811.501	747.387
1.01.04.01	Almoxarifado	395.496	358.724
1.01.04.02	Estoque	416.005	388.663
1.01.07	Despesas Antecipadas	291	46.322
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.380.097	12.270.010
1.01.08.03	Outros	13.380.097	12.270.010
1.01.08.03.01	Financiamentos e empréstimos	2.139.714	2.082.054
1.01.08.03.02	Conta de consumo de combustível - CCC	1.313.165	1.184.936
1.01.08.03.03	Remuneração de participações monetárias	163.157	197.863
1.01.08.03.04	Direito de Ressarcimento	4.108.346	3.083.157
1.01.08.03.05	Impostos e Contribuições Sociais	2.306.359	1.947.344
1.01.08.03.07	Ativo financeiro - Concessão de Serviços Públicos	1.205.640	2.017.949
1.01.08.03.08	Instrumentos financeiros	160.308	195.536
1.01.08.03.09	Diversos	1.983.408	1.561.171
1.02	Ativo Não Circulante	132.532.393	126.479.760
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	69.689.303	66.322.573
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	411.859	398.358
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	411.859	398.358
1.02.01.03	Contas a Receber	1.400.453	1.478.994
1.02.01.03.01	Clientes	1.400.453	1.478.994
1.02.01.04	Estoques	589.584	516.542
1.02.01.04.01	Almoxarifado	84.144	80.909
1.02.01.04.02	Estoque de Combustível Nuclear	505.440	435.633
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.366.830	5.774.286
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.366.830	5.774.286
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	61.920.577	58.154.393
1.02.01.09.03	Ativo financeiro - Concessão de Serviço Público	49.627.207	46.149.379
1.02.01.09.04	Financiamentos e empréstimos	7.642.380	7.651.336
1.02.01.09.05	Cauções e depósitos vinculados	2.477.426	2.316.324
1.02.01.09.06	Conta de consumo de combustível	485.455	727.136
1.02.01.09.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	4.000	4.000
1.02.01.09.08	Instrumentos financeiros derivativos	143.263	185.031
1.02.01.09.09	Direito de Ressarcimento	624.306	500.333
1.02.01.09.10	Diversos	916.540	620.854
1.02.02	Investimentos	4.786.824	4.570.959

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1.02.02.01	Participações Societárias	4.786.824	4.570.959
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	2.830.138	2.706.880
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.956.686	1.864.079
1.02.03	Imobilizado	55.701.063	53.214.861
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	38.005.114	35.220.094
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	17.695.949	17.994.767
1.02.04	Intangível	2.355.203	2.371.367
1.02.04.01	Intangíveis	2.355.203	2.371.367
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.970.433	1.518.803
1.02.04.01.02	Outros	384.770	852.564

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	167.774.958	163.142.432
2.01	Passivo Circulante	29.854.369	26.124.809
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	993.020	802.864
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	993.020	802.864
2.01.02	Fornecedores	6.358.561	6.338.102
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.336.193	6.305.954
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	22.368	32.148
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.257.395	1.032.521
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.257.395	1.032.521
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.257.395	1.032.521
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.499.099	4.887.560
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.568.205	4.005.326
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.433.711	3.084.734
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.134.494	920.592
2.01.04.02	Debêntures	779.276	739.237
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	151.618	142.997
2.01.05	Outras Obrigações	14.539.380	12.823.572
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	119.086	109.050
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	119.086	109.050
2.01.05.02	Outros	14.420.294	12.714.522
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.643.898	4.373.773
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	13.222	16.331
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	421.995	413.041
2.01.05.02.06	Conta de consumo de combustível	4.233.035	3.079.796
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	3.102.757	1.955.966
2.01.05.02.08	Previdência complementar	337.173	451.801
2.01.05.02.09	Encargos Setoriais	1.024.674	901.692
2.01.05.02.10	Concessões a pagar UPB	35.941	35.233
2.01.05.02.11	Instrumentos financeiros derivativos	201.670	269.718
2.01.05.02.12	Incentivo ao desligamento de pessoal	273.172	93.137
2.01.05.02.13	Pesquisa e desenvolvimento	263.826	274.722
2.01.05.02.14	Participação no lucro dos resultados	0	296.547
2.01.05.02.15	Passivo financeiro - Concessão de serviços públicos	231.608	0
2.01.05.02.16	Diversos	637.323	552.765
2.01.06	Provisões	206.914	240.190
2.01.06.02	Outras Provisões	206.914	240.190
2.01.06.02.04	Provisões para contingências	206.914	240.190
2.02	Passivo Não Circulante	58.882.614	59.815.302
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	42.518.304	40.463.306
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	40.348.072	38.408.352
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	21.920.663	20.938.677
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	18.427.409	17.469.675
2.02.01.02	Debêntures	363.453	279.410
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.806.779	1.775.544
2.02.02	Outras Obrigações	9.254.173	12.388.586

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	100.087	155.676
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	100.087	155.676
2.02.02.02	Outros	9.154.086	12.232.910
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	148.695	148.695
2.02.02.02.03	Empréstimo compulsório	246.802	211.554
2.02.02.02.04	Remuneração aos acionistas	0	3.143.222
2.02.02.02.05	Conta de consumo de combustível - CCC	822.081	954.013
2.02.02.02.06	Benefício Pós Emprego	2.272.734	2.256.132
2.02.02.02.07	Adiantamento de clientes	854.602	879.452
2.02.02.02.08	Concessões a pagar - Uso do Bem Público	1.576.416	1.234.426
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos	142.649	197.965
2.02.02.02.10	Incentivos ao desligamento de pessoal	494.746	726.291
2.02.02.02.11	Pesquisa e desenvolvimento	407.894	370.714
2.02.02.02.12	Obrigações de ressarcimento	1.676.156	1.475.262
2.02.02.02.13	Outros	511.311	635.184
2.02.03	Tributos Diferidos	1.961.708	1.902.522
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.961.708	1.902.522
2.02.04	Provisões	4.728.648	4.652.176
2.02.04.02	Outras Provisões	4.728.648	4.652.176
2.02.04.02.04	Provisões contingências	4.728.648	4.652.176
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	419.781	408.712
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	419.781	408.712
2.02.05.02.01	Obrigações para desmobilização de ativos	419.781	408.712
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	79.037.975	77.202.321
2.03.01	Capital Social Realizado	31.305.331	31.305.331
2.03.02	Reservas de Capital	26.048.342	26.048.342
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.309	3.384.309
2.03.02.07	Doações e subvenções	19.258.527	19.258.527
2.03.02.08	Outras reservas	3.405.506	3.405.506
2.03.04	Reservas de Lucros	18.571.012	19.277.029
2.03.04.01	Reserva Legal	2.233.017	2.233.017
2.03.04.02	Reserva Estatutária	16.337.995	16.337.994
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	706.018
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.624.268	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	213.398	220.915
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	21.650	-8.108
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	253.974	358.812

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.012.501	18.589.749	7.449.487	15.720.740
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.288.496	-2.588.057	-1.151.320	-2.283.457
3.03	Resultado Bruto	7.724.005	16.001.692	6.298.167	13.437.283
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.604.528	-12.574.338	-5.521.670	-10.517.172
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.759.294	-12.938.623	-5.746.656	-10.905.734
3.04.02.01	Pessoal, Material e Serviço	-2.098.606	-3.929.979	-1.946.484	-3.659.132
3.04.02.02	Energia comprada para revenda	-1.193.383	-2.187.614	-786.384	-1.718.460
3.04.02.04	Combustível para produção de energia elétrica	-163.042	-252.519	-57.501	-65.026
3.04.02.05	Uso da rede	-384.370	-772.625	-327.632	-668.389
3.04.02.06	Remuneração e ressarcimento	-443.942	-864.391	-300.102	-596.232
3.04.02.08	Construção - distribuição	-204.483	-339.477	-217.361	-381.348
3.04.02.09	Construção - transmissão	-909.894	-1.659.126	-625.329	-1.051.198
3.04.02.10	Depreciação	-339.055	-782.577	-363.835	-788.960
3.04.02.11	Amortização	-97.978	-97.978	-43.899	-43.899
3.04.02.12	Resultado a compensar de Itaipu	-356.756	-549.069	-139.975	-257.825
3.04.02.13	Provisões operacionais	-107.631	-446.467	-623.808	-941.879
3.04.02.14	Doações e contribuições	-87.572	-196.610	-67.067	-160.574
3.04.02.15	Outras	-372.582	-860.191	-247.279	-572.812
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	154.766	364.285	224.986	388.562
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.119.477	3.427.354	776.497	2.920.111
3.06	Resultado Financeiro	713.746	375.458	-688.686	-964.756
3.06.01	Receitas Financeiras	1.401.105	2.315.714	794.698	1.738.816
3.06.02	Despesas Financeiras	-687.359	-1.940.256	-1.483.384	-2.703.572
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.833.223	3.802.812	87.811	1.955.355
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-478.267	-1.175.388	259.275	-319.422
3.08.01	Corrente	-478.267	-1.175.388	259.275	-319.422
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.354.956	2.627.424	347.086	1.635.933

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.354.956	2.627.424	347.086	1.635.933
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.348.787	2.616.751	326.627	1.611.193
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.169	10.673	20.459	24.740

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.354.956	2.627.424	347.087	1.635.933
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-32.733	29.759	-51.296	-58.596
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.322.223	2.657.183	295.791	1.577.337
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.316.054	2.646.510	275.332	1.552.597
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.169	10.673	20.459	24.740

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.758.384	7.553.674
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.640.957	4.835.205
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	3.802.812	1.955.355
6.01.01.02	Depreciação e amortização	880.555	832.859
6.01.01.03	Variação monetária/cambial líquidas	-452.257	405.190
6.01.01.04	Encargos financeiros	755.699	755.424
6.01.01.06	Receita de ativo financeiro	-1.548.005	-1.268.791
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-364.285	-388.564
6.01.01.08	Provisões para contingências	89.482	254.260
6.01.01.09	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	0	409.000
6.01.01.10	Ajuste a valor presente	2.706	11.303
6.01.01.11	Encargos de reserva global de reversão	176.638	172.052
6.01.01.12	Encargos sobre recursos de acionistas	411.538	757.674
6.01.01.15	Provisão para perda com Investimentos	43.065	0
6.01.01.16	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	269.945	320.430
6.01.01.17	Perda/Ganho de alienação de ativos	7.185	6.627
6.01.01.18	Participação minoritária no resultado	-16.171	-37.485
6.01.01.19	Instrumentos financeiros- derivativos	-30.049	42.048
6.01.01.20	Diversos	-387.901	607.823
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.440.078	2.160.551
6.01.02.02	Contas a receber	-585.941	311.553
6.01.02.03	Títulos e valores mobiliários	3.467.608	3.364.996
6.01.02.05	Estoque de combustível nuclear	-97.149	-284.161
6.01.02.06	Direito de ressarcimento	-1.149.162	-54.359
6.01.02.08	Ativo financeiro - concessões de serviço público	-250.377	-488.689
6.01.02.09	Despesas pagas antecipadamente	46.031	-22.407
6.01.02.11	Fornecedores	20.459	-471.543
6.01.02.12	Adiantamento de clientes	-23.364	-21.074
6.01.02.13	Almoxarifado	-40.007	299.541
6.01.02.16	Arrendamento mercantil	39.856	81.956
6.01.02.17	Obrigações estimadas	190.156	144.506
6.01.02.18	Obrigações de ressarcimento	1.122.760	170.948
6.01.02.19	Encargos setoriais	122.982	51.880
6.01.02.20	Diversos	-423.774	-922.596
6.01.03	Outros	677.349	557.918
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-867.991	-649.403
6.01.03.02	Pagamento encargos da Reserva Global de Reversão	-223.070	-134.686
6.01.03.03	Recebimento de encargos financeiros	429.742	93.189
6.01.03.04	Pagamento de IR e CSSL	-598.123	-853.425
6.01.03.05	Depósitos judiciais	-158.576	-82.388
6.01.03.06	Recebimento de receita anual permitida	1.902.327	1.794.048
6.01.03.07	Recebimento de remuneração de investimentos em part. societárias	193.040	390.583
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.480.165	-4.592.191
6.02.01	Concessão de empréstimos e financiamentos	-211.880	5.744

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.02.02	Recebimento de empréstimo e financiamento concedidos	703.600	724.997
6.02.03	Crédito de energia renegociados recebidos	204.637	182.352
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-3.232.588	-3.457.281
6.02.05	Aquisição de ativo intangível	-48.945	-46.620
6.02.06	Aquisição de ativos de concessão	-1.882.017	-1.424.675
6.02.07	Aquisição/aporte de capital em participação societária	-45.655	-678.053
6.02.10	Outros	32.683	101.345
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.299.454	-3.244.355
6.03.01	Empréstimo e financiamento obtidos a Longo Prazo	2.834.368	1.153.250
6.03.02	Pagamento de empréstimo e financiamento principal	-1.870.525	-878.304
6.03.03	Pagamento e remuneração aos acionistas	-4.769.081	-4.053.422
6.03.04	Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições principal	-52.278	-46.584
6.03.05	Empréstimo compulsório e Reserva global de reversão	443.514	492.307
6.03.06	Outros	114.548	88.398
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.021.235	-282.872
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.959.787	9.220.169
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.938.552	8.937.297

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	19.497.947	0	-8.111	76.843.509	358.812	77.202.321
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	19.497.947	0	-8.111	76.843.509	358.812	77.202.321
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-706.018	0	-18.795	-724.813	0	-724.813
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	-18.795	-18.795	0	-18.795
5.04.06	Dividendos	0	0	-706.018	0	0	-706.018	0	-706.018
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.616.751	48.554	2.665.305	-104.838	2.560.467
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.616.751	0	2.616.751	10.673	2.627.424
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	48.554	48.554	-115.511	-66.957
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	143.672	143.672	0	143.672
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-79.788	-79.788	-115.511	-195.299
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes reflexos	0	0	0	0	-15.330	-15.330	0	-15.330
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-7.517	7.517	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.517	0	7.517	0	7.517
5.06.05	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-7.517	0	0	-7.517	0	-7.517
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	18.784.412	2.624.268	21.648	78.784.001	253.974	79.037.975

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	26.156.567	26.048.342	16.804.852	916.535	377.816	70.304.112	226.296	70.530.408
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-899	0	-899	0	-899
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	26.156.567	26.048.342	16.804.852	915.636	377.816	70.303.213	226.296	70.529.509
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.148.764	0	0	-753.201	0	4.395.563	-18.753	4.376.810
5.04.01	Aumentos de Capital	5.148.764	0	0	0	0	5.148.764	0	5.148.764
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-753.201	0	-753.201	-18.753	-771.954
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.611.193	-58.595	1.552.598	24.742	1.577.340
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.611.193	0	1.611.193	24.742	1.635.935
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-58.595	-58.595	0	-58.595
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	74.620	74.620	0	74.620
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4.315	-4.315	0	-4.315
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes reflexos	0	0	0	0	-128.900	-128.900	0	-128.900
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-205.349	0	0	-205.349	0	-205.349
5.06.04	Realização de Reserva de Lucro	0	0	-205.349	0	0	-205.349	0	-205.349
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	16.599.503	1.773.628	319.221	76.046.025	232.285	76.278.310

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 30/06/2012	Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	18.589.749	15.721.036
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	18.240.373	15.333.239
7.01.02	Outras Receitas	349.376	387.797
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.044.009	-8.081.435
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.229.737	-4.342.273
7.02.04	Outros	-3.814.272	-3.739.162
7.02.04.01	Encargos setoriais	-927.672	-815.508
7.02.04.02	Energia comprada para revenda	-2.187.614	-1.718.460
7.02.04.03	Combustível para produção de energia elétrica	-252.519	-263.315
7.02.04.04	Provisões operacionais	-446.467	-941.879
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.545.740	7.639.601
7.04	Retenções	-880.555	-832.859
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-880.555	-832.859
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.665.185	6.806.742
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.654.623	2.127.378
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	364.285	388.562
7.06.02	Receitas Financeiras	2.290.338	1.738.816
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.319.808	8.934.120
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	10.319.808	8.934.120
7.08.01	Pessoal	2.745.514	2.628.880
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.645.191	2.545.222
7.08.01.04	Outros	100.323	83.658
7.08.01.04.01	Plano de aposentadoria e pensão	100.323	83.658
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.824.707	1.780.420
7.08.02.01	Federais	2.824.707	1.780.420
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.111.490	2.864.147
7.08.03.01	Juros	1.914.880	2.703.573
7.08.03.03	Outras	196.610	160.574
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	196.610	160.574
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.638.097	1.660.673
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.627.424	1.635.933
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	10.673	24.740

Comentário do Desempenho***Demonstrações Contábeis - 2012******SUMÁRIO EXECUTIVO*****Eletrobras lucra R\$ 2.616 milhões no 1º Semestre de 2012**

Eletrobras alcançou um lucro de R\$ 2.616 milhões no primeiro semestre de 2012, equivalente a R\$ 1,93 por ação. No mesmo período do exercício de 2011 a empresa lucrou R\$ 1.611 milhões, equivalente a R\$ 1,42 por ação, o que representa um acréscimo de 62,41% no seu resultado.

A receita financeira líquida fundamentalmente decorrente dos financiamentos e empréstimos concedidos gerou um ganho de R\$ 969 milhões, representando, um aumento de 14,22% no nível das receitas dessa natureza, em relação ao exercício anterior.

Nos seis meses de 2012 a ELETROBRÁS registrou um ganho cambial cambial de R\$ 522 milhões, contra uma perda de R\$ 634 milhões no 1º semestre de 2011. No tocante às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, no exercício de 2012 a Companhia verificou um ganho de R\$ 438 milhões, enquanto que em 2011, foi apurado um ganho de R\$ 354 milhões.



Comentário do Desempenho***Demonstrações Contábeis - 2012*****Resultado - Investimento em Participações Societárias**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	1.589.982	915.580	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	36.654	30.664	36.654	30.664
	<u>1.626.636</u>	<u>946.244</u>	<u>36.654</u>	<u>30.664</u>
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	<u>246.078</u>	<u>265.863</u>	<u>257.610</u>	<u>301.437</u>
Outros investimentos	<u>70.021</u>	<u>56.461</u>	<u>70.021</u>	<u>56.461</u>
	<u>1.942.735</u>	<u>1.268.567</u>	<u>364.285</u>	<u>388.562</u>

CONTINGÊNCIAS

A ELETROBRÁS têm diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figura como ré.

Nesse sentido, para fazer face às eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, das seguintes naturezas:

I – Ações judiciais cíveis

A provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R\$ 1.307.026 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 1.442.104), corresponde a ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituído a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na legislação específica.

Todas as ações judiciais estão em fase de defesa e foram oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, que representam 6,76% do total da carteira de ações da ELETROBRÁS, conforme abaixo descrito:



Comentário do Desempenho

**Demonstrações Contábeis - 2012**

CONTROLADORA			
30/06/2012			
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	656.934	90,59%	595.112
EMAE	303.913	100,00%	303.913
CESP	241.141	95,88%	231.215
AES TIETE	864.511	88,94%	768.865
COELCE	206.270	86,56%	178.545
DUKE(CGEEP)	29.583	63,25%	18.712
CEMAT	457.558	86,66%	396.503
CELPA	94.673	5,31%	5.024
CELPE	58.857	71,65%	42.169
CEEE - GT	802.650	100,00%	802.650
CEEE - D	437.694	99,13%	437.694
SUBTOTAL	4.153.784		3.780.401
Outros Investimentos	51.733.315		-
TOTAL	55.887.099	6,76%	3.780.401

PROVISÕES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Garantias	25.372	19.133	25.372	19.133
Contingências	(136.301)	(13.590)	89.483	254.260
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	460.072	266.585
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	(65.847)	53.845	(65.847)	53.845
Passivo a descoberto em Controladas	314.409	95.022	-	-
Perdas em Investimentos	(76.697)	-	(76.697)	-
Impairment	-	-	(1.942)	409.000
Outras	125.900	28.516	16.027	(60.944)
	186.836	182.926	446.467	941.879



Comentário do Desempenho

*Demonstrações Contábeis - 2012***FORMAÇÃO DO RESULTADO DE JUNHO/12 - CONSOLIDADO**

	jun/12	jun/11	Δ%
Operações com energia elétrica	18.821	15.882	18,51
(-) Encargos Setoriais	(928)	(816)	13,75
(-) Energia comprada para revenda	(2.188)	(1.718)	27,30
(-) Combustível para produção de energia elétrica	(253)	(65)	288,34
(-) Uso da rede elétrica	(773)	(668)	15,60
(-) Remuneração e Ressarcimento	(864)	(596)	44,98
(-) Pessoal, Material e Serviços	(3.930)	(3.659)	7,40
(-) Construção	(1.999)	(1.433)	39,51
(-) Depreciação e amortização	(881)	(833)	5,73
	7.008	6.094	14,99
Participações societárias	364	389	(6,25)
Provisões operacionais	(446)	(942)	(52,60)
	6.925	5.541	24,99
Receita de juros	184	325	(43,22)
Variação cambial e monetária	738	(405)	(282,21)
Encargos da dívida	(1.173)	(968)	21,20
Outros resultados financeiros	626	84	645,84
	375	(965)	(138,92)
Tributos	(3.056)	(1.942)	57,41
	4.244	2.634	61,13
Outros resultados*	(1.617)	(998)	61,99
Lucro líquido consolidado	2.627	1.636	60,61
Participação minoritários	(11)	(25)	(56,86)
Lucro líquido controladora	2.617	1.611	62,41

* Inclui as contas: Resultado a compensar ITAIPU, Doações e Contribuições e Outros



Notas Explicativas**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.****Eletrobras**

(COMPANHIA ABERTA)
CNPJ 00.001.180/0001-26

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DO PERÍODO FINDO EM
30 de junho de 2012
(CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras ou Companhia) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e na Securities and Exchange Commission - SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) - Brasil, Madri (LATIBEX) - Espanha e Nova York (NYSE) - Estados Unidos da América. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

A Companhia exerce a função de holding, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em seis empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica (Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL, Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE) e em quatro empresas distribuidoras de energia elétrica Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron, Companhia Energética de Alagoas - Ceal e Companhia Energética do Piauí - Cepisa, além da Amazonas Energia - AME, não desverticalizada, atuando em Geração e Distribuição.

A Companhia é controladora, também, da Eletrobras Participações S.A - Eletropar e, em regime de controle conjunto, da Itaipu Binacional - Itaipu, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, da Inambari Geração de Energia S.A. e da Centrales Hydroelectricas de Centroamerica S.A.- CHC.

Notas Explicativas

A Companhia é controladora indireta da empresa Boa Vista Energia, controlada integral da Eletronorte, que atua na geração e distribuição de energia elétrica em Boa Vista, no Estado de Roraima e das Sociedades de Propósito Específico RS Energia, Artemis Uirapuru e Porto Velho Transmissora, controladas integrais da Eletrosul; Estação Transmissora de Energia e Rio Branco Transmissora de energia, controladas integrais da Eletronorte.

A Companhia participa, também, de forma minoritária, em diversas sociedades nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, com participação direta e/ou indireta, por meio de suas controladas. (Nota 14)

A Eletrobras é autorizada, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização de Bem Público - UBP e Conta de Consumo de Combustível - CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia (exceto pela taxa de administração em determinados Fundos).

A Companhia atua, também, como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Proinfa.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica nos segmentos de geração, transmissão e distribuição, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento não se alteraram em relação à posição divulgada nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2011.

Os prazos de vencimento das concessões irão ocorrer em diversas datas, havendo concentração no ano de 2015 e, caso não sejam renovadas ou venham a ocorrer mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados. As empresas do Sistema Eletrobras manifestaram o interesse na renovação das concessões (Vide nota 45).

Notas Explicativas

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. Essas informações devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras de Dezembro de 2011.

A preparação de informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 4.

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

(a) informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas informações trimestrais consolidadas.

(b) informações trimestrais individuais

As informações trimestrais individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

Nas informações trimestrais individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações trimestrais individuais quanto nas informações trimestrais consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso das informações trimestrais individuais, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável as informações trimestrais separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

(c) Alinhamento de políticas contábeis em investidas

Quando necessário, as informações trimestrais das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia, tanto para fins de equivalência patrimonial, como para consolidação.

Notas Explicativas**(d) mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

As alterações e interpretações das normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) a seguir são aplicáveis aos períodos contábeis iniciados após 1º de janeiro de 2012. Tais alterações ainda não possuem a correspondente regulamentação emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

<u>Norma</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data de vigência</u>
Alteração ao IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" com relação a outros resultados abrangentes	A principal modificação resultante desses adendos foi a exigência de que as entidades agrupem os itens apresentados em outros resultados abrangentes com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para lucros ou perdas, subsequentemente (ajustes de reclassificação). As alterações não estabelecem quais itens devem ser apresentados em outros resultados abrangentes. A Companhia está avaliando os impactos dessa alteração.	1º de julho de 2012

3.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As políticas contábeis de consolidação de investimentos aplicadas na elaboração das informações trimestrais consolidadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e incluem as informações trimestrais da Companhia e de suas controladas, inclusive entidades de propósitos específicos, quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As informações trimestrais das controladas em conjunto (controle compartilhado) são consolidadas proporcionalmente à participação societária detida.

A companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme descrito no quadro abaixo. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

	<u>30/06/2012</u>		<u>31/03/2012</u>	
	<u>Participação</u>		<u>Participação</u>	
Controladas (Consolidação integral)	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
Amazonas Energia	100%	-	100%	-
Ceal	100%	-	100%	-

Notas Explicativas

Cepisa	100%	-	100%	-
Ceron	100%	-	100%	-
CGTEE	100%	-	100%	-
Chesf	100%	-	100%	-
Eletroacre	94%	-	94%	-
Eletronorte	99%	-	99%	-
Eletronuclear	100%	-	100%	-
Eletropar	84%	-	84%	-
Eletrosul	100%	-	100%	-
Furnas	100%	-	100%	-
RS Energia	-	100%	-	100%
Porto Velho Transmissora	-	100%	-	100%
Boa Vista Energia	-	100%	-	100%
Estação Transmissora	-	100%	-	100%
Artemis	-	100%	-	100%
Rio Branco Transmissora	-	100%	-	100%
Cerro Chato I	-	90%	-	90%
Cerro Chato II	-	90%	-	90%
Cerro Chato III	-	90%	-	90%
Sul Brasileira	-	80%	-	80%
Uirapuru	-	75%	-	75%

Controladas em Conjunto (Consolidação proporcional)	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Itaipu	50%	-	50%	-
Inambari	29%	49%	29%	49%
Norte Energia	15%	45%	15%	49%
CHC	50%	-	50%	-
Amazônia Eletronorte	-	49%	-	49%
Baguari	-	31%	-	31%
Brasnorte	-	50%	-	50%
Brasventos Eolo Geradora de Energia	-	25%	-	25%
Brasventos Miassaba 3	-	25%	-	25%
Caldas Novas Transmissão	-	50%	-	50%
Centro Oeste de Minas	-	49%	-	49%
Chapecoense	-	40%	-	40%
Cia de Transm. Centroeste de Minas	-	49%	-	49%
Construtora Integração	-	49%	-	49%
Costa Oeste	-	49%	-	49%
Cerro dos Trindades	-	49%	-	49%
Chui	-	49%	-	49%
Chui I	-	49%	-	49%
Chui II	-	49%	-	49%
Chui IV	-	49%	-	49%
Chui V	-	49%	-	49%
Enerpeixe	-	40%	-	40%
Cerro Chato IV	-	49%	-	49%
Cerro Chato V	-	49%	-	49%
Cerro Chato VI	-	49%	-	49%
Ibirapuitã	-	49%	-	49%
Integração Transmissora	-	49%	-	49%

Notas Explicativas

Interligação Elétrica Garanhuns	-	49%	-	49%
Energia Sustentável do Brasil	-	40%	-	40%
Interligação Elétrica do Madeira	-	49%	-	49%
Empresa de Transm. do Alto Uruguai	-	27%	-	27%
Goiás Transmissão	-	49%	-	49%
Linha Verde Transmissora	-	49%	-	49%
Livramento Holding		49%		49%
Madeira Energia	-	39%	-	39%
Manaus Construtora	-	20%	-	20%
Manaus Transmissora	-	50%	-	50%
Marumbi	-	20%	-	20%
MGE Transmissão	-	49%	-	49%
Minuano I	-	49%	-	49%
Minuano II	-	49%	-	49%
Norte Brasil Transmissora	-	49%	-	49%
Pedra Branca	-	49%	-	49%
Rei dos Ventos 3 Geradora	-	25%	-	25%
Retiro Baixo	-	49%	-	49%
São Pedro do Lago	-	49%	-	49%
Serra do Facão	-	50%	-	50%
Santa Vitória do Palmar Holding	-	49%	-	49%
Sete Gameleiras	-	49%	-	49%
Sistema de Transmissão Nordeste	-	49%	-	49%
Teles Pires	-	49%	-	49%
Transleste de Transmissão	-	24%	-	24%
Transmissão Delmiro Gouveia	-	49%	-	49%
Transenergia Goiás	-	49%	-	49%
Transenergia Renovável	-	49%	-	49%
Transenergia São Paulo	-	49%	-	49%
Transirapé de Transmissão	-	25%	-	25%
Transudeste	-	25%	-	25%
Verace I	-	49%	-	49%
Verace II	-	49%	-	49%
Verace III	-	49%	-	49%
Verace IV	-	49%	-	49%
Verace V	-	49%	-	49%
Verace VI	-	49%	-	49%
Verace VII	-	49%	-	49%
Verace VIII	-	49%	-	49%
Verace IX	-	49%	-	49%
Verace X	-	49%	-	49%

(b) Investimentos em coligadas

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo. O investimento em coligadas e controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

Os investimentos em coligadas são ajustados proporcionalmente a participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação da

Notas Explicativas

Companhia naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

(c) Participações em empreendimentos em conjunto (*joint venture*).

A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas informações trimestrais consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinados com os correspondentes itens nas informações trimestrais consolidadas da Companhia, linha a linha.

No que se refere ao reconhecimento da equivalência patrimonial e base de consolidação dos investimentos mantidos em Sociedades de Propósito Específico, estes foram tomados substancialmente com base no mês de maio de 2012, não sendo prejudicada a base de comparabilidade com o mesmo período do exercício anterior, face a sua materialidade quando tomadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

3.3 Empresas do grupo com moeda funcional diferente

a) Procedimentos de consolidação proporcional da controlada em conjunto Itaipu Binacional

As informações trimestrais da controlada em conjunto com Itaipu Binacional são originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 30 de junho de 2012 - US\$ 1.00 - R\$ 2,0213, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2011- US\$ 1.00 - R\$ 1,8758), e as contas de resultado, pela taxa média mensal;

O resultado a compensar de Itaipu Binacional é apresentado como ativo financeiro, quando superavitário ou passivo financeiros, quando deficitário.

A remuneração sobre o capital (em forma de dividendos estipulados pelo Tratado Binacional Brasil – Paraguai) paga por Itaipu Binacional é registrada como receita na controladora e é eliminada no consolidado; e

Todo o resultado gerado por Itaipu Binacional no consolidado na proporção da participação da Companhia (50%) é eliminado na consolidação em contrapartida a rubrica Resultado a Compensar de Itaipu Binacional.

b) Conversão de moeda estrangeira

(b.1) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

Notas Explicativas

A moeda funcional de que atuem em ambiente econômico internacional é geralmente a moeda do país em que as empresas possuem operações.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas que operam com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens de patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As variações cambiais sobre os investimentos com moeda funcional distinta da controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado do exercício quando da realização dos investimentos.

(b.2) Transações e saldos

Na elaboração das informações trimestrais de cada empresa, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Os ganhos e perdas cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos.

Para fins de apresentação das informações trimestrais consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, sendo atribuídas as participações não controladoras conforme apropriado.

NOTA 4 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes informações trimestrais da Companhia e de suas controladas a Administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua

Notas Explicativas

adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis, a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam como sendo as mais críticas, as seguintes: (I) Ativo Fiscal Diferido (vide nota 10); (II) Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração (vide nota 18); (III) Provisão para desmobilização de ativos (vide nota 31); (IV) Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público (vide nota 16); (V) Obrigações atuariais (vide nota 29) e, (VI) Vida útil dos bens do imobilizado (vide nota 15).

NOTA 5 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
I - Caixa e Equivalente de Caixa:				
Caixa e Bancos	85.494	1.819	521.254	389.191
Aplicações Financeiras	658.278	1.394.910	3.417.298	4.570.596
	<u>743.772</u>	<u>1.396.729</u>	<u>3.938.552</u>	<u>4.959.787</u>
II - Caixa Restrito:				
Recursos da CCC	3.334.642	2.194.946	3.334.642	2.194.946
Comercialização - Itaipu	662.200	176.941	662.200	176.940
Comercialização - PROINFA	948.381	662.751	948.381	662.752
	<u>4.945.223</u>	<u>3.034.638</u>	<u>4.945.223</u>	<u>3.034.638</u>
	<u>5.688.995</u>	<u>4.431.367</u>	<u>8.883.775</u>	<u>7.994.425</u>

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil e Resolução 4.034 de 30 de novembro de 2011 do Banco Central, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da SELIC.

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia e suas controladas classificam os títulos de longo prazo como mantidos até o vencimento.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado,

Notas Explicativas

e sua classificação em circulante e não circulante considera o fato dos títulos classificados no curto prazo serem mantidos para negociação ativa e freqüente, possuindo liquidez imediata e intenção de aplicação no plano de investimentos da Companhia.

Em relação às partes beneficiárias, é feito o ajuste a valor presente.

Os títulos CFT-E1 e os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais FINOR e FINAN, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização, e portanto, apresentados líquidos:

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários se dá como segue:

CONTROLADORA					
CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	30/06/2012	31/12/2011
LFT	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	-	7.549.911
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	3.504.291	429.992
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	151.004	69.762
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	1.467.074	19.751
CFT-E1	Banco do Brasil	01/08/12	IGP-M	271.849	263.450
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/12	TR	-	86.583
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/12	TR	-	62.708
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/12	TR	-	17.032
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR	31	30
OUTROS				12	(41)
				5.394.261	8.499.178
NÃO CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	30/06/2012	31/12/2011
FINOR/FINAM				2.196	3.064
RENDIMENTOS DE PARCERIAS				181.309	163.740
PARTES BENEFICIÁRIAS				218.232	212.419
OUTROS				483	484
				402.220	379.707

Notas Explicativas**CONSOLIDADO**

CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	30/06/2012	31/12/2011
LFT	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	809.897	9.751.563
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	3.747.816	563.120
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	285.233	69.762
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	1.725.195	19.751
CFT-E1	Banco do Brasil	01/08/12	IGP-M	271.849	263.450
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/12	TR	-	86.583
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/12	TR	-	62.708
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/12	TR	-	17.032
TÍTULOS DE RENDA FIXA				250.441	129.078
OUTROS				680.964	289.457
				7.771.395	11.252.504

NÃO CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro	Vencimento	Indexador	30/06/2012	31/12/2011
NTN- P	Banco do Brasil	28/12/15	TR	339	332
NTN- P	Banco do Brasil	09/07/14	TR	181	178
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	01/01/25	TR	43	41
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	01/01/24	TR	7	7
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	21/03/18	TR	2	2
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	28/12/15	TR	93	92
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	28/12/04	TR	3	3
NTN-P: 760199	Banco do Brasil	15/05/17	TR	137	127
FINOR/FINAM				2.196	3.064
PARTES BENEFICIÁRIAS				181.309	163.740
RENDIMENTOS DE PARCERIAS				218.232	212.419
OUTROS				9.317	18.353
				411.859	398.358

a) CFT- E1 - Títulos públicos com remuneração equivalente à variação do IGP-M, sem juros, com data de resgate fixada em de agosto de 2012. A controladora mantém provisão para ajuste a valor de mercado na data base de 30 de junho de 2012, no montante de R\$ 102.290 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 99.129), apurada com base em deságios praticados no mercado de capitais, apresentada como redutora do respectivo ativo.

b) NTN-P - Títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND. Estes títulos possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado com data de resgate fixada a partir de fevereiro de 2012.

c) RENDIMENTOS DE PARCERIAS - Referem-se aos rendimentos decorrentes dos investimentos em regime de parcerias, correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% a 13% a.a. sobre o capital aportado, como demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011
Tangará	130.565	117.770
Guascor	50.744	45.970
	181.309	163.740

Notas Explicativas

d) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Esses ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011
Lajeado Energia	451.375	451.375
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Ceb Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(434.343)	(440.156)
Valor justo	218.232	212.419

e) Finor/Finan - Referem-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais destinados à projetos nas áreas de atuação das controladas Chesf e Eletronorte. A Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R\$ 293.324 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 292.456), sendo apresentada como redutora do respectivo ativo.

NOTA 7 – CLIENTES

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO				
	30/06/2012			31/12/2011	
	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Total	Total
CIRCULANTE					
AES ELETROPAULO	113.569	1.445	-	115.014	104.400
AES SUL	11.462	486	-	11.948	13.011
AMPLA	41.578	583	-	42.161	41.908
ANDE	54.794	-	-	54.794	52.115
EBE	32.986	674	90	33.750	25.620
CEA	12.855	26.392	1.155.770	1.195.017	1.093.641
CEB	11.778	326	-	12.104	14.925
CEEE-D	31.857	1.118	-	32.975	37.366
CELESC	46.260	1.590	-	47.850	37.422
CELG	52.691	352	56.608	109.651	98.968
CELPA	47.777	13.110	85.585	146.472	80.764
CELPE	38.206	2.065	56	40.327	39.903
CEMAR	30.264	459	-	30.723	32.021
CEMIG	75.361	3.017	-	78.378	113.081
CESP	-	-	-	-	3.524
COELCE	34.016	528	-	34.544	34.437
COELBA	70.663	509	58	71.230	72.858
COPEL	103.620	1.951	-	105.571	102.247
CPFL	38.486	932	218	39.636	64.826
ELEKTRO	48.628	2.252	-	50.880	52.614
ENERGISA	18.470	346	13	18.829	63.484
ENERSUL	14.351	601	-	14.952	20.534
ESCELSA	23.846	367	60	24.273	26.395
LIGHT	69.312	555	342	70.209	89.994
PIRATININGA	12.277	135	-	12.412	8.538
RGE	5.946	636	-	6.582	7.698
Comercialização CCEE	467.961	5.152	1.965	475.078	433.440
Uso da Rede Elétrica	510.369	5.200	101.397	616.966	608.415
PROINFA	190.473	14.417	39.452	244.342	579.428
Consumidores	560.956	276.454	418.479	1.255.889	1.172.474
Poder público	97.937	45.410	342.286	485.633	465.335
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	299.560	299.560	187.625
(-) PCLD	-	-	(3.038.215)	(3.038.215)	(2.578.143)
Outros	573.821	23.426	1.058.724	1.655.971	1.151.156
	<u>3.442.570</u>	<u>430.488</u>	<u>522.448</u>	<u>4.395.506</u>	<u>4.352.024</u>
NÃO CIRCULANTE					
Celg	23.240	-	-	23.240	66.368
Rolagem da dívida dos Estados	841.220	-	-	841.220	1.005.383
Outros	-	-	535.993	535.993	407.243
	<u>864.460</u>	<u>-</u>	<u>535.993</u>	<u>1.400.453</u>	<u>1.478.994</u>
	<u>4.307.030</u>	<u>430.488</u>	<u>1.058.441</u>	<u>5.795.959</u>	<u>5.831.018</u>

I - Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do PROINFA geraram um resultado líquido negativo neste trimestre de 2012 de R\$ 224.925 (30 de junho de 2011 – positivo em R\$ 170.497), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento. No saldo de consumidores revendedores está registrado o valor de R\$ 244.342 do Proinfa referente a Controladora.

II - Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE são registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

A controlada Furnas mantém registrados créditos no montante de R\$ 293.560, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto MAE, referentes ao período

Notas Explicativas

de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE. Dada à incerteza de sua realização, a controlada Furnas mantém Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito, constituída em 2007.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova apuração, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, é intenção da Administração manter negociações, com a participação da ANEEL e CCEE, visando o equacionamento dos créditos, de forma a viabilizar uma solução negociada para a sua liquidação.

III – Créditos Renegociados

Os créditos renegociados formalizam-se por contratos de parcelamentos de débitos acumulados pelos devedores, preveem juros e atualizações monetárias, com prazos fixados para a amortização do principal e dos encargos, e são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia, onde cabe destaque os saldos provenientes das operações com a CELG no montante de R\$ 1.171.657 (R\$ 165.336 em 31 de dezembro de 2011) e a rolagem da dívida dos estados no montante de R\$ 663.103 (R\$ 1.193.008 em 31 de dezembro de 2011).

IV - Rolagem da dívida dos Estados

Mediante o Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças, firmado em 12 de dezembro de 2003 entre a controlada FURNAS e Celg, no montante de R\$ 378.938 mil, tendo como interveniente e anuente o Banco do Brasil S.A., a Celg reconheceu um débito referente ao faturamento de energia própria, sendo estabelecidas as seguintes cláusulas financeiras para liquidação dos compromissos:

- (i) O prazo estimado de pagamento é de 216 meses, sendo o saldo devedor corrigido mensalmente pelo IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros pro rata die à taxa de 1% a.m.
- (ii) Os pagamentos mensais são liquidados mediante o produto da cobrança da tarifa de distribuição de energia elétrica no valor equivalente a 2,56% do faturamento bruto mensal disponibilizado pela Celg. A fim de assegurar esses pagamentos, foi criada uma conta vinculada no banco interveniente, de movimentação exclusiva para esse contrato, na qual a Celg autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, a transferência desses valores mensais à controlada FURNAS.

A controlada Eletrosul detém créditos à União, atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68 % a.a., no montante de R\$ 591.182, em 30 de junho de 2012 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 607.391), sendo R\$ 448.802 no ativo não circulante (31 de dezembro de 2011 - R\$ 479.752) decorrentes da assunção dos haveres que a Companhia possuía nas concessionárias estaduais de energia elétrica. Sob a égide da Lei nº 8.727/93, a União assumiu, refinanciou e reescalou a dívida em 240 parcelas, vencíveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que, por sua

Notas Explicativas

vez, estão limitados por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses.

V - Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

As Controladas constituem e mantêm provisões, adotando os critérios das normas da ANEEL e avaliações individuais específicas, a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidos e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo é composto como segue:

	CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011
CLIENTES		
Consumidores e Revendedores	1.319.284	1.093.641
Créditos Renegociados	151.839	130.347
Outros Créditos	440.021	267.633
Outros Consumidores e Revendedores	833.511	792.962
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	<u>3.038.215</u>	<u>2.578.143</u>

As movimentações na PCLD de contas de clientes de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.578.143
(+) Constituição	460.072
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>3.038.215</u>

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Nota 41). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos. A reversão ocorrida no período refere-se basicamente ao programa de parcelamento junto às prefeituras e órgãos públicos pelas empresas de distribuição.

Para fins fiscais, o excesso de provisão constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado à apuração do Lucro Real, para efeito de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Notas Explicativas

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

30/06/2012								
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Controladas e Controlada em conjunto								
FURNAS	6,78	19.587	214.676	3.015.360	-	-	-	-
CHESF	6,95	799	23.548	114.387	-	-	-	-
ELETROSUL	6,84	5.328	68.886	904.879	-	-	-	-
ELETRONORTE	7,34	30.744	298.936	3.742.373	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	6,60	5.695	66.826	1.069.759	-	-	-	-
CGTEE	11,55	12.985	191.790	830.771	-	-	-	-
CEAL	8,70	2.144	59.382	304.991	-	-	-	-
CERON	6,65	711	21.493	92.415	-	-	-	-
CEPISA	8,05	2.954	113.321	388.496	-	-	-	-
ELETOACRE	11,97	922	17.803	115.712	-	-	-	-
AMAZONAS	7,82	3.578	133.232	523.046	-	-	-	-
ITAIPU	7,45	-	1.208.781	10.896.564	7,45	-	604.390	5.448.282
		85.447	2.418.674	21.998.753		-	604.390	5.448.282
CEMIG	7,12	2.345	86.348	354.073	7,12	2.345	86.348	354.073
COPEL	8,39	1.530	50.357	203.961	8,39	1.530	50.357	203.961
CEEE	6,57	114	2.215	6.351	6,57	114	2.215	6.351
AES ELETROPAULO	10,39	317.855	108.978	1.761	10,39	317.855	108.978	1.761
CELPE	6,13	229	9.582	35.648	6,13	229	9.582	35.648
CEMAT	6,27	14.858	358.566	-	6,27	14.858	358.566	-
CELTINS	6,26	4.775	100.918	-	6,26	4.775	100.918	-
ENERSUL	6,17	1.777	15.541	65.620	6,17	1.777	15.541	65.620
CELPA	6,68	31.597	409.882	-	6,68	31.597	409.882	-
CEMAR	5,89	2.333	64.091	408.334	5,89	2.333	64.097	408.334
CESP	9,36	232	44.228	130.762	9,36	232	44.228	130.762
COELCE	6,08	479	15.113	76.807	6,08	479	15.113	76.807
COSERN	6,00	67	3.224	10.220	6,00	67	3.224	10.220
COELBA	6,00	870	5.376	173.777	6,00	870	5.376	173.777
CER	8,76	2.354	10.878	13.117	8,76	2.354	10.878	13.117
CELG	5,71	-	2.775	69.881	5,71	(4)	2.772	69.881
ESCELSA	6,01	1.283	13.230	71.972	6,01	1.283	13.230	71.972
GLOBAL	6,00	56.037	44.100	-	6,00	56.037	44.100	-
CELESC DIST.	7,41	786	36.106	113.627	7,41	786	36.106	113.627
OUTRAS	6,36	46.173	115.670	432.628	6,36	51.722	122.338	458.187
(-) PCLD		(101.958)	(357.803)	-		(101.960)	(357.803)	-
		383.735	1.139.375	2.168.539		389.278	1.146.046	2.194.098
		469.182	3.558.049	24.167.292		389.278	1.750.436	7.642.380

Notas Explicativas

31/12/2011								
CONTROLADORA					CONSOLIDADO			
ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE			ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	
Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE		Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Controladas e Controlada em conjunto								
FURNAS	6,78	18.074	168.250	2.958.897	-	-	-	-
CHESF	6,95	-	21.276	121.729	-	-	-	-
ELETROSUL	6,84	5.465	58.861	918.555	-	-	-	-
ELETRONORTE	7,34	11.724	273.752	3.783.553	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	6,60	3.381	85.882	1.089.087	-	-	-	-
CGTEE	11,55	1.577	157.144	841.793	-	-	-	-
CEAL	8,70	2.006	105.295	204.011	-	-	-	-
CERON	6,65	662	20.916	94.926	-	-	-	-
CEPISA	8,05	3.161	85.423	375.314	-	-	-	-
ELETROACRE	11,97	1.071	32.944	73.528	-	-	-	-
AMAZONAS	7,82	3.734	170.465	448.894	-	-	-	-
ITAIPU	7,45	-	1.080.499	10.684.686	7,45	-	540.249	5.342.343
		50.855	2.260.707	21.594.973		-	540.249	5.342.343
CEMIG	7,12	2.352	78.124	373.241	7,12	2.352	78.124	373.241
COPEL	8,39	1.616	49.164	215.900	8,39	1.616	49.164	215.900
CEEE	6,57	865	21.990	127.568	6,57	865	21.990	127.568
AES ELETROPAULO	10,39	311.636	108.851	2.329	10,39	311.636	108.851	2.329
CELPE	6,13	292	11.035	43.676	6,13	292	11.035	43.676
CEMAT	6,27	1.875	358.578	-	6,27	1.875	358.578	-
CELTINS	6,26	617	100.918	-	6,26	617	100.918	-
ENERSUL	6,17	461	13.413	71.360	6,17	461	13.413	71.360
CELPA	6,68	11.279	408.629	-	6,68	11.279	408.629	-
CEMAR	5,89	1.995	62.289	414.612	5,89	1.995	62.289	414.612
CESP	9,36	233	41.190	149.636	9,36	233	41.190	149.636
COELCE	6,08	506	16.420	84.245	6,08	506	16.420	84.245
COSERN	6,00	75	3.224	11.732	6,00	75	3.224	11.732
COELBA	6,00	922	28.527	154.570	6,00	922	28.527	154.570
CER	8,76	941	7.881	13.117	8,76	941	7.881	13.117
CELG	5,71	40.310	57.248	12.681	5,71	40.310	57.248	12.681
ESCELSA	6,01	443	13.032	76.318	6,01	443	13.032	76.318
GLOBAL	6,00	-	44.100	-	6,00	-	44.100	-
CELESC DIST.	7,41	-	63.626	86.429	7,41	-	63.626	86.429
OUTRAS	6,36	95.504	101.928	445.714	6,36	95.511	107.245	471.581
(-) PCLD		(130.475)	(395.133)	-		(130.475)	(395.133)	-
		341.447	1.195.033	2.283.126		341.454	1.200.351	2.308.993
		392.302	3.455.741	23.878.099		341.454	1.740.600	7.651.336

A parcela do longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
Controladora	3.273.203	2.909.424	2.493.025	2.377.995	13.113.645	24.167.292
Consolidado	1.035.079	920.042	788.365	751.989	4.146.905	7.642.380

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia, além dos recursos setoriais e dos recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento e instituições financeiras, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 6,16% a.a..

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam 48,44% do total da carteira. Já os que preveem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 51,56% do saldo da carteira.

Notas Explicativas

Os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis, visto serem operações específicas do setor e formadas em parte através de recursos de Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação.

I – AES Eletropaulo/CTEEP – Ação Judicial

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo junto à Eletrobrás.

No decorrer da execução do contrato surgiram questionamentos por parte do devedor acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado, tendo a Eletropaulo proposto Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás, em dezembro de 1988.

Em dezembro de 2010, a Eletrobrás solicitou o início do processo de liquidação a seu favor e, por tal motivo, o processo foi submetido à análise da 5ª Vara Cível. Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a AES Eletropaulo e a CTEEP, essas por força do processo de cisão da antiga Eletropaulo, apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido por ambas as empresas. A 5ª Vara Cível deverá determinar que a Eletrobrás apresente suas considerações sobre o referido material.

Desta forma, pelo atual fase do processo e pelos motivos expostos, estima-se que os trabalhos periciais se iniciem durante o segundo semestre de 2012 e que o procedimento judicial de Liquidação de Sentença por Artigos não se encerre em um prazo inferior a 6 meses a ser contado do início dos trabalhos periciais, sendo certo que, ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o(s) responsável(is) pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e sendo apurados valores a serem pagos pela AES Eletropaulo e CTEEP, a Eletrobrás irá reiniciar o processo de execução contra as referidas empresas.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável à AES Eletropaulo e/ou à CTEEP, a Companhia passa a ter um crédito de R\$ 1.832.139, atualizado até 30 de junho de 2012, sendo R\$ 428.594 (R\$ 419.171, em 31 de dezembro de 2011) já reconhecidos em seu ativo, na rubrica empréstimos e financiamentos, correspondente à parte considerada como incontroversa pela companhia.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 549.509 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 525.608) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de devedores em inadimplência.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

Notas Explicativas

A Eletrobras reconheceu provisão sobre os créditos junto à Celpa controlada da Rede Energia, no montante de R\$ 120.199. Tal provisão foi considerada necessária considerando o processo de recuperação judicial, que envolve a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade da Celpa e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios (Nota 14).

Adicionalmente, a Companhia reconheceu provisão sobre os créditos junto à Cemat e Celtins, também, controladas pela Rede Energia, no montante de R\$ 94.821 e 24.756. Tais provisões foram consideradas necessárias considerando o cenário atual de ambas que vêm apresentado dificuldades significativas econômico-financeira para a liquidação de suas dívidas de curtíssimo prazo e como um possível equacionamento depende de eventos futuros alheios ao controle da administração da Companhia, tais situações indicam a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia de liquidar seus passivos no curso normal dos negócios (Nota 14).

As movimentações na PCLD dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	525.608
(+) Complemento	-
(-) Reversões	(65.847)
Saldo em 30 de junho de 2012	459.761

A constituição e a baixa da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Nota 41). Os valores reconhecidos como PCLD são os quais suscitam dúvida quanto à sua realização, quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos, são reconhecidos como perdas definitivas.

NOTA 9 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Eletrobras.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Furnas	268.733	64.200	-	-
Chesf	623.605	297.947	-	-
Eletrosul	102.509	24.490	-	-
Eletronorte	-	13.773	-	-
Eletropar	-	4.703	-	-
CGTEE	51.818	37.263	-	-
Itaipu	505	469	-	-
CTEEP	53.339	79.644	53.339	79.644
Outros	108.788	111.343	109.818	118.219
	<u>1.209.297</u>	<u>633.832</u>	<u>163.157</u>	<u>197.863</u>

Notas Explicativas**NOTA 10 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO**

Os tributos a recuperar ou compensar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas de realização e assim representados:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
ATIVO CIRCULANTE				
Imposto de renda - fonte	554.356	828.863	654.925	893.706
Antecipações de IRPJ e CSLL	1.255.111	736.588	1.489.604	843.022
PIS/PASEP/COFINS compensáveis	16.884	28.776	69.090	80.433
ICMS a recuperar	-	-	26.951	17.150
Outros	-	-	65.789	113.033
	<u>1.826.351</u>	<u>1.594.227</u>	<u>2.306.359</u>	<u>1.947.344</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
ICMS a recuperar	-	-	1.240.207	1.655.413
PIS/COFINS a recuperar	-	-	858.267	775.348
Ativos Fiscais Diferidos Líquidos	1.568.139	2.044.513	3.268.356	3.343.525
	<u>1.568.139</u>	<u>2.044.513</u>	<u>5.366.830</u>	<u>5.774.286</u>
	<u>3.394.490</u>	<u>3.638.740</u>	<u>7.673.189</u>	<u>7.721.630</u>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL				
Variação Cambial Passiva	424.164	530.647	424.164	530.647
Provisão de JCP	-	331.290	-	331.290
Provisão para Contingências	547.961	540.708	771.468	782.587
PCLD	173.906	195.577	395.175	191.824
Provisão p/ ajuste ao valor de mercado	134.509	187.617	134.509	187.617
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	287.599	258.674	1.209.127	840.372
Outros	-	-	333.913	479.188
Composição Outros	<u>1.568.139</u>	<u>2.044.513</u>	<u>3.268.356</u>	<u>3.343.525</u>

I – Ativos Fiscais Diferidos

Os Ativos Fiscais Diferidos têm seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem. Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentado na capacidade de realização do ativo, identificada a partir de análises de tendências futuras, fundamentada em estudo técnico elaborado com base em premissas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

II – Obrigações vinculadas determinadas pelo Agente Regulador**a) ICMS, PIS/PASEP E COFINS a Recuperar Sobre Aquisição de Combustível**

Através da Resolução Normativa 303/2008, a ANEEL estabeleceu metodologia e procedimentos para apuração, demonstração e validação do montante do ICMS

Notas Explicativas

reconhecido como custo decorrente da aquisição de combustíveis, bem como a apuração, demonstração, fiscalização e pagamento do passivo a ser restituído à CCC-ISOL pelos agentes beneficiários que receberam reembolso de ICMS, em montante superior ao efetivo custo incorrido com esse imposto.

O Ofício Circular 2.775/2008 - SFF/ANEEL passou a regular a devolução à Conta de Consumo de Combustível - CCC dos valores equivalentes aos créditos de PIS/PASEP e COFINS tomados sobre o combustível adquirido para geração de energia elétrica no regime da não cumulatividade, no período de 2004 a 2008. O crédito tributário correspondente sobre as aquisições de óleo no período determinado pela ANEEL (incluído na rubrica PIS/COFINS a recuperar), atinge o montante de R\$ 408.871 (R\$ 498.171 em 31 de dezembro de 2011), sendo sua utilização condicionada a operações futuras que originem débitos fato esse que, na opinião da administração da controlada, ocorrerá mesmo na hipótese prevista de substituição do óleo combustível pelo gás natural, como insumo na geração de energia elétrica e a entrada da região de Manaus no Sistema Interligado Nacional - SIN.

A ANEEL através do Despacho 4.722/2009 - SFF/ANEEL, que trata do encerramento do exercício de 2009, em seu item 30, determinou que fosse reconhecido contabilmente o montante do PIS/PASEP e COFINS a ser restituído à Conta de Consumo de Combustível - CCC referente ao período de janeiro de 2004 até dezembro de 2008, .

Em 11 de agosto de 2008, a ANEEL emitiu a Nota Técnica 359-SFF, orientando que o passivo seja devidamente atualizado até a data de sua consolidação, sendo facultada sua restituição ao fundo CCC-ISOL mediante parcelamento em até 36 parcelas mensais remuneradas pela Taxa Selic.

O saldo de R\$ 1.267.158 (incluído na rubrica ICMS a recuperar), refere-se aos impostos compensáveis que deverão ser ressarcidos à CCC quando realizados, de acordo com o § 8º da Lei nº. 12.111/2009. Por esta razão a controlada mantém passivo de igual valor ao registrado no ativo.

III – Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas demonstrações financeiras, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras, uma vez que a referida declaração de

Notas Explicativas

inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

NOTA 11 – DIREITO DE RESSARCIMENTO

I - Reembolso da CCC-Isol

Com o advento da Lei 12.111/2009 e do Decreto 7.246/2010 foi alterada a sistemática de subvenção de geração de energia nos sistemas isolados. A subvenção pela CCC que até então subsidiava somente os custos com combustíveis, passa a reembolsar a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional – SIN.

No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, são incluídos os custos relativos a:

- a) contratação de energia e de potência associada;
- b) geração própria para atendimento da distribuição de energia elétrica;
- c) encargos e impostos; e
- d) investimentos realizados.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala.

	CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011
1 - Saldo anterior	3.583.490	2.075.838
2 - Custo da geração própria	2.337.540	4.027.649
3 - Custo Energia Comprada (com ICMS)	618.669	904.812
4 - Custo total	2.956.209	4.932.461
5 - (-) Custo do ACR *	(904.773)	(1.413.309)
6 - Valor a receber da Lei 12.111/09 (4 + 5)	2.051.436	3.519.152
7 - (-) Valor recebido da CCC - ISOL	(1.760.263)	(3.326.162)
8 - Diferença a receber da CCC - ISOL (1 + 6 + 7)	3.874.663	2.268.828
9 - Adiantamentos Recebidos	805.640	1.236.077
10 - Atualização monetária	52.349	78.585
Saldo atual	4.732.652	3.583.490

* ACR – Ambiente de Contratação Regulada

II – Lei 12.111/2009 - energia nuclear

A Lei nº 12.111/2009 estabelece que a partir de 2010 será adotado um critério para reduzir o impacto financeiro decorrente da comercialização, por Furnas, da energia proveniente da Eletronuclear, ficando autorizada a Eletronuclear a repassar para

Notas Explicativas

Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela Eletronuclear e a da tarifa de referência homologada pela Aneel em dezembro de 2004, atualizada pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para dezembro 2011.

O montante a ser repassado para FURNAS será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005.

A partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra I e II será rateado entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Em 16 de novembro de 2011, a Aneel divulgou a Nota Técnica 308/2011, que estabeleceu, entre outros, os critérios, a forma de distribuição e os montantes estimados dos valores a serem ressarcidos a Furnas pela Eletronuclear e a esta pelas concessionárias de distribuição que adquiriram energia no 1º Leilão de Energia Existente (Produto 2005/2008).

A proposta da Aneel prevê que, no exercício de 2012, deverão ser estabelecidas, por meio de Audiência Pública, as regras de comercialização da energia da Eletronuclear, provenientes das usinas Angra I e II, a partir de 2013, quando todos os agentes de distribuição passarão a ser quotistas desta energia. Além da metodologia de cálculo da tarifa de comercialização entre os referidos agentes e a Eletronuclear, será submetido à consulta pública o critério do rateio do diferencial entre as tarifas praticadas e a tarifa de referência entre os exercícios de 2010 a 2012.

De acordo com a estimativa da Aneel, os valores a serem ressarcidos a Controlada Furnas estariam assim representados:

Descrição	2010	2011	2012
1 - Tarifa de Referência (R\$/MWh)	115,68	121,79	130,29
2 - Tarifa Praticada(R\$/MWh)	137,66	145,48	148,79
3 - Diferencial de Tarifa (R\$/MWh)(2-1)	21,98	23,69	18,5
4 - Energia Assegurada Anual(GWh)	12.921	12.921	12.921
5 - Diferencial Verificado (R\$Mil) (3x4)	284.004	306.098	239.039
6 - Diferencial Acumulado (R\$ Mil)	284.004	590.102	829.141

Tendo em vista que a confirmação desses montantes depende de audiência pública e posterior homologação, pela Aneel, das tarifas de comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, a partir de 2013, a controlada FURNAS não registrou em suas demonstrações financeiras o ressarcimento relativo ao diferencial entre as tarifas de referência e a efetivamente praticada, entre os exercícios de 2010 e 2011, no valor de R\$ 590.102 mil (R\$ 353.442 mil, líquido dos efeitos tributários), tendo em vista não estar determinado os critérios de realização.

Adicionalmente, a controlada FURNAS mantém registrado, a título de provisão, o montante de R\$ 25.948 mil, relativo à diferença de tarifa estabelecida provisoriamente para venda de energia da Eletronuclear pela Resolução Homologatória 1.091/2010 (R\$ 137,66/MWh) e a estabelecida pela Resolução

Notas Explicativas

Homologatória nº 916, de 08 de dezembro de 2009 (R\$ 135,63/MWh), ambas para o período compreendido entre 5 de dezembro de 2009 a 4 de dezembro de 2010.

NOTA 12 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

	CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Elementos prontos	416.005	388.663
	416.005	388.663
NÃO CIRCULANTE		
Elementos prontos	217.319	133.894
Concentrado de urânio	127.037	130.575
Em curso - combustível nuclear	161.084	171.164
	505.440	435.633
	921.445	824.296

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica;
- Almoxarifado, classificado no ativo circulante e está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

NOTA 13 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia apresenta, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Controladas				
Furnas	500.000	300.000	-	-
Chesf	1.293.000	1.293.000	-	-
Eletrosul	2.364.021	1.810.793	-	-
Eletronorte	600.557	1.125.949	-	-
Cgtee	499.330	452.704	-	-
Ceal	106.484	97.354	-	-
Ceron	94.296	88.837	-	-
Cepisa	285.767	275.984	-	-
Eletoacre	170.346	160.822	-	-
Amazonas	66.882	63.918	-	-
	<u>5.980.683</u>	<u>5.669.361</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros investimentos	4.000	4.000	4.000	4.000
	<u>5.984.683</u>	<u>5.673.361</u>	<u>4.000</u>	<u>4.000</u>

NOTA 14 – INVESTIMENTOS

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Avaliados por Equivalência Patrimonial				
a) Controladas e Controladas em conjunto				
Furnas	13.371.876	13.237.136	-	-
Chesf	16.891.657	16.742.953	-	-
Eletrosul	2.641.631	2.624.730	-	-
Eletronorte	10.938.335	10.199.453	-	-
Eletropar	143.557	169.135	-	-
Eletronuclear	6.687.473	6.520.292	-	-
CGTEE	188.299	334.348	-	-
Distribuidora Alagoas	169.814	217.375	-	-
Distribuidora Rondônia	54.887	135.118	-	-
Distribuidora Acre	85.563	85.563	-	-
Itaipu	101.065	93.790	-	-
Mangue Seco II	17.166	17.166	-	-
CHC	18.079	19.090	-	-
Norte Energia	214.469	217.135	-	-
Inambari	9.840	9.738	-	-
	<u>51.533.711</u>	<u>50.623.022</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
b) Coligadas				
Celipa	94.673	171.370	94.673	171.370
CEEE-GT	802.650	701.628	802.650	701.628
Cemat	457.558	436.150	457.558	436.150
Emae	303.913	301.190	314.973	312.150
CTEEP	656.934	641.618	669.174	653.280
Cemar	356.420	323.433	356.420	323.433
Lajeado Energia	539.673	532.459	539.673	532.459
Ceb Lajeado	80.841	76.155	80.841	76.155
Paulista Lajeado	26.563	27.654	26.563	27.654
CEEE-D	437.694	391.988	437.694	391.988
Águas da Pedra	-	-	165.450	157.112
Amapari	-	-	38.107	34.105
	<u>3.756.919</u>	<u>3.603.645</u>	<u>3.983.776</u>	<u>3.817.484</u>
SUBTOTAL	<u>55.290.630</u>	<u>54.226.667</u>	<u>3.983.776</u>	<u>3.817.484</u>
Mantidos a Valor Justo				
Celesc	167.762	150.432	167.762	150.432
Cesp	241.141	203.580	241.141	203.580
Coelce	206.270	182.640	206.270	182.640
AES Tietê	864.511	812.853	864.511	812.853
CGEEP	29.583	22.607	29.583	22.607
Energisa	71.770	77.215	71.770	77.215
CELGP	460	322	460	322
CELPE	58.857	54.854	58.857	54.854
COPEL	58.782	50.546	58.782	50.546
CEB	5.912	6.485	5.912	6.485
AES Eletropaulo	-	-	53.104	76.491
Energias do Brasil	-	-	6.383	20.552
CPFL Energia	-	-	43.270	44.327
Guascor	3.300	3.300	3.300	3.300
Tangara	21.738	21.738	21.738	21.738
CDSA	11.802	11.802	11.802	11.802
CEA	20	20	20	20
CER	102	102	102	102
Outros	8.096	8.095	111.921	124.214
	<u>1.750.106</u>	<u>1.606.591</u>	<u>1.956.686</u>	<u>1.864.078</u>
SUBTOTAL	<u>57.040.737</u>	<u>55.833.259</u>	<u>5.940.462</u>	<u>5.681.562</u>
Provisão para perdas em investimentos	(1.153.638)	(1.110.603)	(1.153.638)	(1.110.603)
TOTAL	<u>55.887.099</u>	<u>54.722.656</u>	<u>4.786.824</u>	<u>4.570.959</u>

Notas Explicativas

Tendo em vista o processo de recuperação judicial da investida Celpa e consequente incerteza de continuidade de suas operações, como divulgado em suas Informações Trimestrais de 30 de junho de 2012, a Companhia reconheceu como provisão para perdas a totalidade do investimento na Celpa no montante de R\$ 94.673 e perda dos montantes de dividendos declarados e não pagos até 30 de junho de 2012 no montante de R\$ 27.513, ambas provisões limitadas à participação da Companhia no capital social da Celpa, de 34,24%.

14.1 – Provisão para perdas em investimentos

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011
Amazonas	962.761	843.029
CERON	96.204	96.204
CELPA	94.673	171.370
	<u>1.153.638</u>	<u>1.110.603</u>

14.2 – Ajustes de políticas contábeis em coligadas

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011
CEMAT	86.464	86.464
CTEEP	976.420	956.630
CEEE-GT	-	4.961
CEEE-D	-	7.539
	<u>1.062.884</u>	<u>1.055.594</u>

A Companhia quando da preparação de suas demonstrações financeiras consolidadas efetuou ajustes nos resultados das empresas investidas, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as da Companhia.

14.3 - Mutação dos investimentos – Controladora

Notas Explicativas

MUTUAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2011	Integralização de capital	Equivalência	Outros Resultados Abrangentes	Ganho/Perda de Capital	Dividendos	Juros sobre capital próprio	Saldo em 30/06/2012
Chesf	16.742.953	-	1.067.363	(24.822)	-	(893.837)	-	16.891.657
Eletronorte	10.199.453	652.878	135.861	(10)	75	(49.922)	-	10.938.335
Eletrosul	2.624.730	-	82.087	8.282	-	(73.468)	-	2.641.631
Furnas	13.237.136	-	389.426	(62.085)	-	(192.601)	-	13.371.876
CGTEE	334.348	-	(133.795)	-	-	(12.254)	-	188.299
Eletronuclear	6.520.292	-	170.838	(3.657)	-	-	-	6.687.473
Eletropar	169.135	-	9.863	(21.333)	-	(14.108)	-	143.557
Itaipu	93.790	-	-	7.275	-	-	-	101.065
Distribuidora Rondônia	135.118	-	(80.231)	-	-	-	-	54.887
Distribuidora Alagoas	217.375	-	(47.561)	-	-	-	-	169.814
Distribuição Acre	85.563	-	-	-	-	-	-	85.563
Mangue Seco II	17.166	-	-	-	-	-	-	17.166
CHC	19.090	-	(506)	(505)	-	-	-	18.079
Norte Energia	217.135	-	(2.666)	-	-	-	-	214.469
Inambari	9.738	679	(696)	119	-	-	-	9.840
Celipa	171.370	-	(76.697)	-	-	-	-	94.673
CEEE-GT	701.628	-	62.182	25.278	-	13.562	-	802.650
Cemat	436.150	-	15.133	-	-	6.275	-	457.558
EMAE	301.190	-	2.723	-	-	-	-	303.913
CTEEP	641.618	-	123.342	-	-	(62.967)	(45.059)	656.934
Cemar	323.433	-	48.693	-	-	(15.706)	-	356.420
Lajeado Energia	532.459	-	31.926	-	6.936	(31.648)	-	539.673
CEB lajeado	76.155	-	8.994	-	-	(4.308)	-	80.841
Paulista Lajeado	27.654	-	3.182	-	-	(4.273)	-	26.563
CEEE-D	391.988	-	19.665	26.041	-	-	-	437.694
	54.226.667	653.557	1.829.125	(45.417)	7.011	(1.335.255)	(45.059)	55.290.630

I - Empresas de Distribuição:

a) Distribuição Alagoas - detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Alagoas. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 34.776 e prejuízos acumulados de R\$ 334.646 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

b) Distribuição Rondônia - detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Rondônia. A investida apresenta capital circulante líquido de R\$ 17.725 e prejuízos acumulados de R\$ 1.062.973 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

c) Distribuição Piauí - detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado do Piauí. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 23.361 e prejuízos acumulados de R\$ 965.121 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

d) Amazonas Energia - tem como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Amazonas. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 1.313.782 e prejuízos acumulados de R\$ 4.928.236 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

Notas Explicativas

e) Distribuição Roraima - Controlada integralmente pela Eletronorte, detém a concessão para distribuição de energia elétrica na cidade de Boavista, no Estado de Roraima. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 321.564 e prejuízos acumulados de R\$ 629.356 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

f) Distribuição Acre – detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado do Acre. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 3.120 e prejuízos acumulados de R\$ 158.660 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

II – Empresas de Geração e Transmissão:

a) Eletrobras Termonuclear S.A. - controlada integral da ELETROBRAS, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares. A Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra I e Angra II, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a construção da usina Angra III. A energia elétrica gerada pela Companhia é fornecida exclusivamente para a controlada Furnas, mediante contrato de compra e venda de energia elétrica.

b) Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - tem como objetivo principal a transmissão e a geração de energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos. A Companhia detém o controle acionário das subsidiárias integrais Artemis, RS Energia e Porto Velho Transmissora e o controle da Uirapuru.

c) Itaipu Binacional - entidade binacional criada e regida, em igualdade de direitos e obrigações, pelo Tratado internacional assinados em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, sendo seu capital pertencente em partes iguais à Eletrobras e à ANDE. Seu objetivo é o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde o Salto de Guaíra até a foz do rio Iguazu, mediante a construção e operação de Central Hidrelétrica, com capacidade total disponibilizada de 12,6 milhões de kW.

d) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos.

e) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos. A Companhia detém o controle acionário das subsidiárias integrais Boa Vista Energia S.A., da Estação Transmissora de Energia S.A. e da Rio Branco Transmissora, além de participação societária em diversas Sociedades de Propósito Específico – SPE, de geração e transmissão de energia elétrica.

f) Furnas Centrais Elétricas S.A. – tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos.

III - Demais Empresas

a) Companhia Energética do Maranhão - concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-

Notas Explicativas

transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica. A companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do Estado do Maranhão, regulada pelo Contrato de Concessão nº 60, de 28 de agosto de 2000, celebrado com a ANEEL, o qual permanece com o seu termo de vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

b) Eletrobras Participações S.A. - controlada pela Eletrobras, e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades.

c) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica.

d) Companhia Transmissão de Energia Elétrica Paulista - sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica.

e) Centrais Elétricas do Pará S.A. (em recuperação judicial) – sociedade de capital aberto, sob o controle acionário da QMRA Participações S.A., que atua na distribuição e geração de energia elétrica no Estado do Pará, atendendo consumidores em 143 municípios, conforme Contrato de Concessão 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 181/98 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. A investida apresentou em 30 de junho de 2012, o capital circulante líquido negativo de R\$ 1.686.894.

O critério de avaliação do investimento na investida foi o mesmo adotado em 31 de dezembro de 2011, como anteriormente descrito, e conforme comunicado ao mercado em anúncio de Fato Relevante publicado em 28 de fevereiro de 2012, a Investida, nos termos da Instrução CVM 358/2002, informou que ajuizou, perante a Comarca da Capital do Estado do Pará, pedido de recuperação judicial, nos termos dos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101/2005, com o objetivo de viabilizar a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. Em 04 de maio de 2012 a investida apresentou à CVM seu plano de recuperação judicial que ainda está pendente de aprovação de seus credores. Todos os créditos existentes contra a Investida até a data do ajuizamento do pedido, ainda que não vencidos, ressalvadas as exceções legais, estão sujeitos à recuperação judicial, nos termos do artigo 49 da Lei nº 11.101/2005, e deverão ser pagos nos termos do plano de recuperação judicial. A assembleia geral de credores da Celpa (PA) que seria realizada em 9 de agosto, foi adiada para o próximo dia 21 de agosto, O adiamento foi feito a pedido da juíza Maria Filomena Buarque. A reunião já havia sido adiada em função de ser dado tempo aos credores par analisar a proposta da Equatorial Energia.

Notas Explicativas

Durante o procedimento de recuperação judicial, a Investida permanece na condução da sua atividade empresarial, nos termos do artigo 64 da Lei nº 11.101/2005. O impacto da recuperação judicial nas demonstrações financeiras da Investida somente será conhecidos após a aprovação do plano de recuperação judicial previsto na legislação. A situação acima descrita indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da Investida e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios, conforme parecer de seus auditores independentes, referente às Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

f) Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - a concessionária de um complexo hidroenergético localizado no Alto Tietê, centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden. A EMAE dispõe, ainda da UHE Rasgão e a UHE Porto Góes, ambas no Rio Tietê. No Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Isabel, atualmente fora de operação.

g) Lajeado Energia S.A. - companhia de capital fechado, controlada da EDP Energias do Brasil S.A., tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. A Companhia detém 73% do capital total da Investco S.A., que tem como objeto principal a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público 05/97 – ANEEL, com vigência até 2033.

h) Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da Rede Energia S.A., atuando na área de distribuição de energia elétrica, além da geração própria através de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange o Estado de Mato Grosso, atendendo consumidores em 141 municípios. Conforme Contrato de Concessão de 03/1997, assinado em 11 de dezembro de 1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 11 de dezembro de 2027, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 04/1997, de 7 Usinas Termelétricas com suas respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027 (vide Nota 2). A investida apresentou, em 30 de junho de 2012, capital circulante líquido negativo de R\$ 379.957.

O critério de avaliação do investimento da investida foi o mesmo adotado em 31 de dezembro de 2011 e conforme apresentado no parecer de seus auditores independentes, referente às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011, a investida tem apresentado dificuldades de captação e renovação de seus empréstimos e financiamentos o que vem resultando em dificuldades de liquidar o serviço da dívida, a sua amortização e liquidação de outros compromissos operacionais de curtíssimo prazo.

IV – Sociedades de Propósito Específico

Investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo – Investimentos, e indicados na nota 3.2, destas informações trimestrais e não difere do apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

V - Tendo em vista a Companhia ter diversas ações no âmbito do judiciário, onde figura como ré (vide Nota 30), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 6,76% (9,02% em 2011) do total da carteira de investimentos, conforme abaixo descrito:

CONTROLADORA			
30/06/2012			
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	656.934	90,59%	595.112
EMAE	303.913	100,00%	303.913
CESP	241.141	95,88%	231.215
AES TIETE	864.511	88,94%	768.865
COELCE	206.270	86,56%	178.545
DUKE(CGEEP)	29.583	63,25%	18.712
CEMAT	457.558	86,66%	396.503
CELPA	94.673	5,31%	5.024
CELPE	58.857	71,65%	42.169
CEEE - GT	802.650	100,00%	802.650
CEEE - D	437.694	99,13%	437.694
SUBTOTAL	4.153.784		3.780.401
Outros Investimentos	51.733.315		-
TOTAL	55.887.099	6,76%	3.780.401

VI – Aquisições em Andamento da Celg-D

A Eletrobras ,autorizada pela Lei 12.688/12, e o Governo do Estado de Goiás concretizaram a celebração de um acordo, visando à recuperação econômico-financeira da empresa Celg Distribuição S/A (Celg D), tendo o Governo do Estado de Goiás comunicado a pretensão de fomentar o fechamento do capital da Companhia Celg de Participações - Celgpar, com objetivo de promover a reorganização societária da Celg D, nos termos da Lei 6404/76.

Neste cenário, em 24 de abril de 2012 foram assinados Acordo de Acionistas e Acordo de Gestão entre a Eletrobras e o Governo do Estado de Goiás, no âmbito da Companhia Celg de Participações - Celgpar, com o propósito de permitir que a Eletrobras assuma a gestão da Celg Distribuição S/A (Celg D) através da sua representação majoritária no Conselho de Administração da distribuidora.

Adicionalmente, uma nova diretoria executiva será formada por profissionais selecionados por empresa de consultoria especializada - *head Hunter*.

As assinaturas do Acordo de Acionistas e do Acordo de Gestão viabilizam a liberação da segunda tranche, no valor de R\$ 1,3 bilhão (um bilhão e trezentos milhões de reais), referente ao empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás, junto à Caixa Econômica Federal - CAIXA, destinado à Celg D, sendo os recursos aplicados no pagamento de dívidas de ICMS, empréstimos bancários e Repasse da Energia de Itaipu.

Notas Explicativas

A aplicação do reajuste tarifário de 2011, já homologado pela Aneel, e pagamento de parcela dos encargos da Celg D com a utilização dos recursos da segunda tranche do citado empréstimo obtido pelo Estado de Goiás, depende da formalização dos Termos de Repactuação de Dívidas da Celg D com a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa, Reserva Global de Reversão - RGR e Repasse da Energia de Itaipu.

Após o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM da Celgpar e implementação de todos os termos do Acordo de Gestão, está prevista uma operação de compra, pela Eletrobras, de 51% das ações ordinárias com direito de voto da Celg D, ao amparo da MP 559/12.

A operação não refletiu efeitos nas presentes informações trimestrais, entretanto a administração está avaliando o possível tratamento contábil de combinação de negócios decorrente das assinaturas dos acordos.

NOTA 15 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se à infraestrutura para geração de energia elétrica. A infraestrutura destinada aos segmentos de transmissão e distribuição são tratados nos termos do estabelecido no ICPC 01 (IFRIC 12).

CONSOLIDADO				
30/06/2012				
	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço				
Geração	63.703.250	(25.378.308)	(1.185.005)	37.139.937
Administração	2.168.997	(1.271.108)	(32.712)	865.177
	65.872.247	(26.649.416)	(1.217.717)	38.005.114
Em curso				
Geração	17.318.442	-	-	17.318.442
Administração	377.507	-	-	377.507
	17.695.949	-	-	17.695.949
	83.568.196	(26.649.416)	(1.217.717)	55.701.063

CONSOLIDADO				
31/12/2011				
	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço				
Geração	59.688.026	(24.385.487)	(346.173)	34.956.366
Administração	2.272.380	(1.353.630)	(35.591)	883.159
	61.960.406	(25.739.117)	(381.764)	35.839.525
Em curso				
Geração	16.906.356	-	-	16.906.356
Administração	469.146	-	-	469.146
	17.375.502	-	-	17.375.502
	79.335.908	(25.739.117)	(381.764)	53.215.027

Notas Explicativas

Os bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviço público, não podem ser vendidos nem dados em garantias à terceiros.

As Obrigações Especiais correspondem à recursos recebidos de consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e são alocadas aos empreendimentos correspondentes. Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme disposições estabelecidas pela ANEEL. Em virtude de sua natureza essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

Movimentação do Imobilizado

	Saldo em 31/12/2011	Adições	CONSOLIDADO		Saldo em 30/06/2012
			Transferência curso/serviço	Depreciação	
Geração / Comercialização					
Em serviço	58.522.639	120.134	3.917.608	(747)	62.559.634
Depreciação acumulada	(24.385.487)	-	-	(720.412)	(25.105.899)
Em curso	16.906.190	3.182.822	(3.917.608)	-	16.171.404
Arrendamento Mercantil - Leasing	1.165.387	-	-	(23.308)	1.142.079
	<u>52.208.729</u>	<u>3.302.956</u>	<u>-</u>	<u>(744.467)</u>	<u>54.767.218</u>
Administração					
Em serviço	2.272.380	(124.655)	43.288	-	2.191.013
Depreciação acumulada	(1.353.630)	-	-	(36.398)	(1.390.028)
Em curso	469.146	94.350	(43.288)	-	520.208
	<u>1.387.896</u>	<u>(30.305)</u>	<u>-</u>	<u>(36.398)</u>	<u>1.321.193</u>
(-) Obrigações Especiais Vinculadas à concessão					
Reintegração Acumulada	14.053	-	-	-	14.053
Contribuições do Consumidor	(147.894)	-	-	-	(147.894)
Participação da União Federal	(47.584)	-	-	-	(47.584)
Obrigações Especiais	(200.339)	(5.585)	-	-	(205.924)
	<u>(381.764)</u>	<u>(5.585)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(387.349)</u>
TOTAL	<u>53.214.861</u>	<u>3.267.066</u>	<u>-</u>	<u>(780.864)</u>	<u>55.701.063</u>

NOTA 16 – ATIVO FINANCEIRO

I - Itaipu Binacional

Considerando as características do empreendimento Itaipu Binacional, o qual se traduz, como um fluxo de caixa, o investimento foi enquadrado como ativo financeiro, conforme abaixo:

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011
Contas a Receber	1.589.827	2.278.404
Direito de Ressarcimento	398.992	611.508
Fornecedores de Energia - Itaipu	(761.962)	(586.994)
Obrigações de ressarcimento	(1.412.657)	(1.404.965)
Outros	(45.808)	-
Total ativo (passivo) circulante	<u>(231.608)</u>	<u>897.953</u>
Contas a Receber	910.238	139.563
Direito de Ressarcimento	5.002.153	3.936.511
Obrigações de ressarcimento	<u>(2.988.786)</u>	<u>(2.352.065)</u>
	<u>2.923.605</u>	<u>1.724.009</u>
Imobilizado Itaipu		
Geração		
Em serviço	15.506.393	14.931.693
Em curso	<u>54.747</u>	<u>50.557</u>
	<u>15.561.140</u>	<u>14.982.250</u>
Administração		
Em serviço	860.173	797.093
Em curso	<u>213.278</u>	<u>190.847</u>
	<u>1.073.451</u>	<u>987.940</u>
Total ativo não circulante	<u>19.558.196</u>	<u>17.694.198</u>
Total do ativo financeiro de Itaipu consolidado	<u>19.326.588</u>	<u>18.592.152</u>

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão listados acima e são detalhados a seguir:

a - Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, regulamentando a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008, praticado pela Eletrobras, preservando o fluxo de recursos, originalmente estabelecido.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial

Notas Explicativas

dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2011, encontra-se incluído o montante equivalente a US\$ 214,989, o qual será recebido pela Companhia através de cobranças aos consumidores, homologado pela portaria MME/MF 398/2008.

O saldo decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, representado pela rubrica Ativo Financeiro, apresentada no Ativo Não Circulante, monta a R\$ 5.002.153 em 30 de junho de 2012, equivalentes a US\$ 2,474.721 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 3.936.511, equivalentes a US\$ 2,098,577), dos quais R\$ 3.443.064, equivalente a US\$ 1,703,391, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023 representado em obrigações de ressarcimento, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional, em 1999.

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

b - Comercialização de energia elétrica - Itaipu Binacional

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Companhia a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foram comercializados neste segundo trimestre o equivalente a 23.269 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US\$ 22.60/kW e a tarifa de repasse (venda), US\$ 24.88/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu Binacional, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação:

1) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

2) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e se negativo uma obrigação efetiva.

Neste segundo trimestre, a atividade foi superavitária em R\$ 240.817 (R\$ 639.977 em 30 de junho de 2011), sendo a obrigação decorrente incluída na rubrica de Obrigações de Ressarcimento.

II - Ativo Financeiro – Concessão de serviço público de energia elétrica

A rubrica ativo financeiro - concessão, no montante de R\$ 50.832.847 refere-se ao ativo financeiro a realizar, detido pelas empresas do Sistema Eletrobras, sendo nas concessões de distribuição, apurado pela aplicação do modelo misto, e nas concessões de transmissão pela aplicação do modelo financeiro, ambos previstos no ICPC 01 (IFRIC 12).

Notas Explicativas

O total do ativo financeiro está demonstrado no Balanço Patrimonial consolidado conforme quadro abaixo:

	CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011
Concessões de Transmissão		
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida	9.114.095	9.276.285
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	18.811.620	17.273.525
	27.925.715	26.549.810
Concessões de Distribuição		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	3.348.936	3.025.366
	3.348.936	3.025.366
Ativo Financeiro Itaipu	19.558.196	18.592.152
	19.558.196	18.592.152
Total do ativo financeiro	50.832.847	48.167.328
Ativo Financeiro – Circulante	1.205.640	2.017.949
Ativo Financeiro – Não Circulante	49.627.207	46.149.379
Total do ativo financeiro	50.832.847	48.167.328

NOTA 17 – ATIVO INTANGÍVEL

	CONTROLADORA				
	SALDO EM 31/12/2011	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO
Administração					
Em serviço	61.114	1	-	-	-
Amortização acumulada	(12.964)	-	-	(926)	-
Total	48.150	1	-	(926)	-

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO				
	SALDO EM 31/12/2011	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO
Vinculados à Concessão - Geração	1.042.196	31.708	(1)	(26.507)	-
Em serviço	930.767	11.646	-	(25.717)	76.336
Ativo Intangível	970.556	15.394	-	3.038	76.336
Amortização acumulada	(39.789)	(3.748)	-	(28.755)	-
Em curso	111.429	20.062	(1)	(790)	(76.336)
Ativo Intangível	111.429	20.062	(1)	(790)	(76.336)
Vinculados à Concessão - Distribuição	794.148	42.129	15.542	(77.620)	-
Em serviço	689.369	(19.560)	5.157	(77.620)	39.133
Ativo Intangível	2.076.075	14.412	(6.384)	-	60.619
Amortização acumulada	(931.659)	(33.972)	-	(84.578)	-
Obrigações especiais	(455.047)	-	11.541	5.016	(21.486)
Impairment	-	-	-	1.942	-
Em curso	104.779	61.689	10.385	-	(39.133)
Ativo Intangível	209.476	60.909	(6.266)	-	(59.111)
Obrigações especiais	(104.697)	780	16.651	-	19.978
Vinculados à Concessão - Transmissão	58.416	1.480	-	-	-
Em curso	58.416	1.480	-	-	-
Ativo Intangível	58.416	1.480	-	-	-
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	476.607	6.361	(926)	(8.330)	-
Administração					
Em serviço	571.504	40	-	(1.072)	-
Amortização acumulada	(193.930)	(949)	(926)	(4.722)	-
Em curso	99.033	7.270	-	(2.536)	-
Total	2.371.367	81.678	14.615	(112.457)	-

O Ativo Intangível é substancialmente amortizado durante o seu prazo de concessão.

NOTA 18 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A companhia definiu o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, sendo reavaliado em bases anuais.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão.

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2012, a Companhia manteve a mesma base de 31 de dezembro de 2011.

NOTA 19 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	49.224	68.544	4.391.527	4.740.332
Energia Comprada para Revenda	388.514	316.132	1.892.770	1.544.536
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	74.264	53.234
	437.738	384.676	6.358.561	6.338.102

Notas Explicativas**NOTA 20 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES**

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	45.583	44.098
Adiantamentos de clientes - PROINFA	376.412	368.943	376.412	368.943
	<u>376.412</u>	<u>368.943</u>	<u>421.995</u>	<u>413.041</u>
NÃO CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	854.602	879.452
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>854.602</u>	<u>879.452</u>
TOTAL	<u>376.412</u>	<u>368.943</u>	<u>1.276.597</u>	<u>1.292.493</u>

I – ALBRÁS

A controlada Eletronorte celebrou venda de energia elétrica com a ALBRÁS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescida de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange (LME)* - Inglaterra. Essa constituição de preço se caracteriza como um derivativo embutido (vide Nota 42).

Com base nessas condições, a ALBRÁS, fez uma oferta de pré-compra de energia elétrica com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia que serão amortizados durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressa em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento, como detalhado a seguir:

CLIENTE	CONTROLADORA		
	Data do Contrato		Volume em Magawatts Médios (MW)
	Inical	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	01/01/2024	de 304 a 328
BHP	01/07/2004	02/01/2024	de 353, 08 a 492

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

A Companhia assegura a compra da energia elétrica produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, e repassa essa energia às concessionárias de

Notas Explicativas

distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Companhia o valor de energia em quotas, equipamento ao custo correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

As operações relativas à compra e venda de energia no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia.

NOTA 21 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

I - Contratos obtidos pela Eletrobras – Instituições Financeiras e Bônus

a) A Companhia possui empréstimos celebrados com agências multilaterais, tais como BID, BIRD, KFW e EXIMBANK/JBIC, nos quais há garantia da União. Tais contratos seguem ao padrão de cláusulas aplicáveis aos contratos com agências multilaterais, que são as usualmente acordadas em negociações com esse tipo de organismo.

Nos contratos tipo A/B Loan, de empréstimo sindicalizado entre a CAF e bancos comerciais, a Companhia possui cláusulas usualmente praticadas no mercado, dentre as quais, existência de garantias corporativas, alteração de controle societário, conformidades às licenças e autorizações e limitação à venda significativa de ativos. Ainda, de acordo com as práticas de mercado há dois contratos de financiamento coordenados pelo BNP e CDB.

B) Contratos obtidos pela Eletrobras - Reserva Global de Reversão (RGR)

A Companhia é autorizada a sacar recursos da RGR enquanto não são utilizados para os fins a que se destinam, aplicando-os na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal.

Desta forma, a Eletrobras toma recursos junto à RGR, reconhecendo uma dívida para com este Fundo, e aplica em projetos específicos de investimento, por ela financiados. A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR e utilizados na concessão de financiamentos às empresas do setor elétrico brasileiro, com juros de 5% a.a.

Em 30 de junho de 2012, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, totaliza R\$ \$ 8.874.008 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 8.931.891), incluídos na rubrica Financiamentos e empréstimos, do passivo.

Os recursos que compõem o Fundo RGR não fazem parte destas demonstrações, constituindo-se em entidade distinta da Eletrobras.

Notas Explicativas

30/06/2012								
CONTROLADORA					CONSOLIDADO			
ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE			ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	
Tx. Média	Valor				Tx. Média	Valor		
Moeda Estrangeira								
Instituições financeiras								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,40%	2.265	37.608	188.042	4,40%	2.319	37.608	269.847
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,40%	14.369	326.648	2.005.621	2,40%	14.369	326.648	2.005.621
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	3,87%	59	12.016	34.325	3,87%	59	12.016	34.325
Dresdner Bank	6,25%	19	12.300	-	6,25%	19	12.301	-
Eximbank	2,15%	1.554	55.601	278.000	2,15%	1.554	55.602	278.000
BNP Paribas	1,82%	294	70.000	624.157	1,82%	294	70.000	624.157
Outras		164	2.044	10.825		579	26.878	19.029
		18.724	516.217	3.140.970		19.193	541.053	3.230.979
Bônus								
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	4.625	-	606.390	7,75%	4.625	-	606.390
SANTANDER 1.75 BI	5,75%	41.324	-	3.537.275	5,75%	41.324	-	3.537.275
Credit Suisse	6,87%	67.058	-	2.021.300	6,87%	67.058	319	2.021.455
		113.007	-	6.164.965		113.007	319	6.165.120
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU						2.370	457.338	8.992.918
CAJUBI - Fundação Prev ITAIPU PY						-	1.214	38.392
		-	-	-		2.370	458.552	9.031.310
		131.731	516.217	9.305.935		134.570	999.924	18.427.409
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão				8.874.008		-	-	8.874.008
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios						-	-	-
Outras Instituições Financeiras						103.352	2.884.652	4.089.380
BNDES						46.446	1.399.258	8.957.275
		-	-	8.874.008		149.798	4.283.910	21.920.663
		131.731	516.217	18.179.943		284.368	5.283.834	40.348.072

31/12/2011								
CONTROLADORA					CONSOLIDADO			
ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE			ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	
Tx. Média	Valor				Tx. Média	Valor		
Moeda Estrangeira								
Instituições financeiras								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,40%	2.400	34.901	191.957	4,40%	2.400	34.901	191.957
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,40%	11.763	165.997	2.012.817	2,40%	11.763	165.997	2.012.817
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	3,87%	39	23.116	32.631	3,87%	39	23.116	32.631
Dresdner Bank	6,25%	41	23.385	-	6,25%	41	23.386	-
Eximbank	2,15%	1.635	53.362	293.487	2,15%	1.635	53.362	293.487
BNP Paribas	1,82%	269	64.962	611.709	1,82%	269	64.962	611.709
Outras		166	1.897	10.476		1.244	12.088	17.367
		16.313	367.620	3.153.077		17.391	377.812	3.159.968
Bônus								
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	4.292	-	562.740	7,75%	4.292	-	562.740
SANTANDER 1.75 BI	5,75%	36.845	-	3.282.650	5,75%	36.845	-	3.282.650
Credit Suisse	6,87%	63.050	-	1.875.800	6,87%	63.050	-	1.875.800
		104.187	-	5.721.190		104.187	-	5.721.190
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		3.922	416.325	8.561.657
CAJUBI - Fundação Prev ITAIPU PY		-	-	-		389	566	26.860
		-	-	-		4.311	416.891	8.588.517
		120.500	367.620	8.874.267		125.889	794.703	17.469.675
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		-	-	8.931.891		-	-	8.946.901
Outras Instituições Financeiras		-	-	-		79.291	1.728.195	3.654.831
BNDES		-	-	-		49.127	1.228.122	8.336.944
		-	-	8.931.891		128.418	2.956.317	20.938.677
		120.500	367.620	17.806.158		254.307	3.751.020	38.408.352

a) As dívidas são garantidas pela União e/ ou pela Eletrobras.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos corresponde na controladora a R\$ 9.953.883mil, equivalente a US\$ 4,924,496 mil e no consolidado a R\$ 19.561.903 mil, equivalente a US\$ 9,677,882 mil. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US\$	EURO	YEN
Controladora	96,04%	0,59%	3,37%
Consolidado	97,99%	0,30%	1,71%

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2012, é de 4,98% e 2011 foi de 4,95%.

d) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de Dólares Norte-Americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
Controladora	151,743	337,232	146,592	146,414	8,212,202	8,994,183
Consolidado	336,774	748,444	325,343	324,946	18,225,939	19,961,447

Notas Explicativas

II – Operação de arrendamento financeiro:

Na controlada Amazonas Energia os arrendamentos são classificados como financeiros quando os termos dos respectivos contratos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

Os ativos adquiridos através do arrendamento financeiro são depreciados com base a vida útil dos ativos.

O valor nominal utilizado no cálculo dos ativos e passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potencia mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, está demonstrada no quadro abaixo:

	CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011
Menos de um ano	298.742	283.831
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.493.710	1.419.154
Mais de cinco anos	2.066.298	2.105.079
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>124.294</u>	<u>202.636</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento	3.983.044	4.010.700
Ajuste a valor presente	(2.024.647)	(2.092.159)
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiros	<u>1.958.397</u>	<u>1.918.541</u>
Menos de um ano	151.618	142.997
Mais de um ano e menos de cinco anos	758.089	714.984
Mais de cinco anos	<u>1.048.690</u>	<u>1.060.560</u>
Valor presente dos pagamentos	<u>1.958.397</u>	<u>1.918.541</u>

III – GARANTIAS

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados nos quadros abaixo.

Notas Explicativas

Empresas	Empreendimento	Modalidade (corporativo/SPE)	Participação	Valor do Financiamento (Quota Parte das Controladas)	Saldo Devedor em 30/06/2012
Eletronorte, Chesf e Eletrobras	Norte Energia	SPE	49,98%	2.100.044	1.656.732
Eletrosul e Chesf	ESBR	SPE	40%	2.888.000	3.226.584
Eletrosul	Cerro Chato I, II e III	SPE	90%	201.077	201.467
Eletrosul	RS Energia	SPE	100%	177.532	155.377
Eletrosul	Artemis Transmissora de Energia	SPE	100%	170.029	89.492
Eletrosul e Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	SPE	49,0%	144.550	158.059
	Porte Velho Transmissora de Energia	SPE	100%	283.411	265.213
Eletrosul	UHE Mauá	SPE	49%	178.769	181.758
Eletrosul	UHE Passo de São João	Corporativo	100%	198.080	186.856
Eletrosul	SC Energia	Corporativo	100%	270.197	169.560
Eletrosul	UHE São Domingos	Corporativo	100%	207.000	187.597
Eletronorte	São Luis II e III	Corporativo	100%	13.653	12.109
Eletronorte	Miranda II	Corporativo	100%	47.531	36.767
Eletronorte	Ribeiro Gonç./Balsas	Corporativo	100%	70.000	70.000
Eletronorte	Lechuga/J. Teixeira	Corporativo	100%	25.720	1.818
Eletronorte	UHE Tucuruí	Corporativo	100%	931.000	432.391
Eletronorte	Linha Verde Transmissora	SPE	49,00%	147.000	168.901
Eletronorte e Chesf	Manaus Transmissora	SPE	49,50%	396.000	367.518
	Estação Transmissora de Energia	SPE	100,00%	949.055	773.215
Eletronorte	Rio Branco Transmissora	SPE	100,00%	138.000	114.388
	Transmissora Matogrossense Energia	SPE	49,00%	121.177	122.356
Eletronorte	Rei dos Ventos 1 Eolo	SPE	49,00%	25.872	26.092
Eletronorte e Furnas	Brasventos Miassaba 3	SPE	49,00%	27.425	27.659
Eletronorte e Furnas	Rei dos Ventos 3	SPE	49,00%	11.383	11.480
Eletronuclear	Angra III	Corporativo	100,00%	6.146.256	729.284
Furnas e Chesf	IE Madeira	SPE	49,0%	705.323	751.859
Furnas	UHE Batalha	Corporativa	100%	224.000	173.318
Furnas	UHE Simplício	Corporativa	100%	1.034.410	826.805
Furnas	UHE Baguari	Corporativa	15%	60.153	53.117
Furnas	UHE Santo Antônio	SPE	39%	2.589.051	3.091.420
Furnas	UHE Foz do Chapecó	SPE	40%	662.335	792.884
Furnas	Centroeste de Minas	SPE	49%	13.827	12.765
Furnas	Serra do Facão	SPE	49,5%	257.357	284.520
Furnas	Goiás Transmissão	SPE	49%	49.000	49.397
Furnas	MGE	SPE	49%	58.310	47.795
Furnas	Transenergia São Paulo	SPE	49%	18.963	18.077
Furnas	Transenergia Renovável	SPE	49%	60.270	60.543
Furnas e Eletrosul	Teles Pires	SPE	49%	220.500	228.310

A Companhia provisionou na rubrica provisões no passivo não circulante o valor justo referente aos montantes garantidos pela Eletrobras sobre recursos já liberados pelos bancos financiadores. A provisão é efetuada com base no valor justo da garantia da Eletrobras, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Valor Provisionado</u>
Garantia devida em 31/12/2011	160.229
Movimentação em 2012	(14.460)
Garantia devida em 30/06/2012	<u>145.769</u>

a) UHE Simplício - empreendimento da controlada Furnas, com capacidade instalada de geração de 337,7 MW. O empreendimento tem 100% de participação de Furnas. Assim, a garantia da Eletrobras é de 100% do financiamento.

b) UHE Mauá – empreendimento com capacidade instalada de 361 MW, em parceria entre a controladora Eletrosul (49%) e a Copel (51%). Nesta UHE há dois contratos com o BNDES, o direto e o indireto, sendo a Eletrobras interveniente garantidora de 49% dos dois contratos.

Notas Explicativas

c) UHE Jirau - SPE Energia Sustentável do Brasil, formada pelas controladas Eletrosul, CHESF, GDF Suez Energy e Camargo Corrêa, com capacidade instalada de 3.450MW. Para o empreendimento foram contratados dois financiamentos junto ao BNDES, sendo um direto e outro indireto, via bancos repassadores, , a serem pagos em 240 meses. A Eletrobras é interveniente garantidora da participação de cada uma das suas controladas – Eletrosul (20%) e CHESF (20%).

d) UHE Santo Antônio - SPE Santo Antônio Energia, formada por Furnas, CEMIG, Fundo de Investimentos em Participação Amazônica Energia – FIP, Construtora Norberto Odebrecht S/A, Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda e Andrade Gutierrez Participações S/A, com capacidade instalada de 3.150 MW. A Eletrobras é interveniente anuente em financiamentos junto ao BNDES e ao Banco da Amazônia, , limitada a interveniência à participação de Furnas (39%).

e) UHE Foz do Chapecó – SPE Foz do Chapecó Energia, cuja usina tem capacidade instalada de 855MW, tem a Eletrobras como garantidora dos instrumentos contratuais junto ao BNDES, que totalizam, em substituição às Fianças Bancárias anteriormente contratadas, limitadas ao percentual de Furnas na SPE (40%).

f) UHE Baguari – Projeto corporativo de Furnas, com 140MW de capacidade instalada. A Eletrobras é garantidora de 15% do contrato de financiamento junto ao BNDES.

g) UHE Serra do Facão –SPE Serra do Facão, formada por Furnas (49.5%), Alcoa Alumínio S.A.(30,5%), DME Energética (10%) e Camargo Corrêa Energia S.A (10%), com capacidade instalada de 210MW. A prestação de garantia pela Eletrobras no financiamento junto ao BNDES é referente à participação de Furnas no empreendimento.

h) Eólicas Cerro Chato I, II e III – SPE's Eólicas Cerro Chato I, II e III são formadas pela Eletrosul (90%) e Wobben (10%), com capacidade instalada de 30MW cada. Possui 80% de financiamento com prazo de pagamento de 10 anos, sendo 2 anos de carência. O aval da Eletrobras é de 90% do financiamento.

i) Norte Brasil Transmissora de Energia – SPE, com participação da Eletronorte (24,5%) e Eletrosul (24,5%) tem como objetivo a implantação, operação e manutenção da LT Porto Velho/Araraquara, com extensão de 2.375 km.

j) Manaus Transmissora de Energia – SPE, que tem participação da Eletronorte (30%) e Chesf (19,5%) tem como objetivo implementar e operar 4 subestações e uma linha de transmissão de 586 km (LT Oriximiná/Itacoatiara/Cariri). A Eletrobras presta garantias em dois financiamentos neste empreendimento (BASA e BNDES).

k) Mangue Seco 2 – SPE com participação de 49% da Eletrobras e 51% da Petrobras para construção e operação de três usinas eólicas em Guararé, no Rio Grande do Norte. Neste empreendimento há prestação de garantia pela Eletrobras, proporcional a sua participação no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB.

l) UHE Batalha – Empreendimento corporativo de Furnas com capacidade de gerar 52,5MW, com financiamento junto ao BNDES . A Eletrobras figura como garantidora do referido contrato.

Notas Explicativas

m) RS Energia – Garantia à Eletrosul no financiamento junto ao BNDES e Bancos repassadores quando da compra da participação acionária das empresas Schahin Engenharia S/A e Engevix Engenharia S/A nas transmissoras. A Eletrosul tem 100% de participação na RS.

n) IE Madeira - SPE Interligação Elétrica do Madeira, com participações de Furnas (24,5%) e Chesf (24,5%). Neste empreendimento, há contra garantia da Eletrobras nos Contratos de Fiança Bancária, em garantia ao empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no limite de participação de suas controladas. Há ainda um empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no qual a Eletrobras figura como interveniente, na proporção de suas controladas.

o) UHE Belo Monte – SPE Norte Energia, com capacidade instalada de 11.233 MW, de Chesf (15%), Eletronorte (19,98%) e Eletrobras (15%), além de outros sócios. Prestação de garantia da Eletrobras em favor da SPE para as obrigações junto à seguradora JMALUCELLI, no âmbito do contrato de seguro garantia. A Eletrobras é também interveniente em um empréstimo de curto prazo firmado junto ao BNDES.

p) Angra III – A Eletrobras é garantidora no financiamento da Eletronuclear junto ao BNDES, para a construção do empreendimento corporativo da UTN Angra III.

NOTA 22 – DEBÊNTURES

Em 30 de junho de 2012, a composição do saldo da rubrica de debêntures a pagar está assim apresentada:

<u>Tx de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
106,5% CDI	15/09/2012	218.834	210.984
IPCA +6,5% aa	30/09/2012	296.424	279.387
IPCA +6,5% aa	30/12/2012	264.018	248.866
IPCA +6,5% aa	30/09/2013	296.423	279.410
TJLP +0,15% aa	26/04/2013	67.030	-
		<u>1.142.729</u>	<u>1.018.647</u>

O montante de R\$ 218.834 refere-se à emissão de 420 debêntures, Série Única, com vencimento em 15 de setembro de 2012, com taxa de juros de 106,5% do CDI, com valor unitário de R\$ 1.000 cada, efetuada pela SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A, sendo, 400 debêntures emitidas em 15 de setembro de 2011 e sendo as restantes 20 debêntures em 03 de outubro de 2011. Estas debêntures estão previstas para serem resgatadas em sua totalidade com recursos provenientes da contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

O montante de R\$ 856.865 refere-se à emissão de 1.500.000.000 debêntures não conversíveis em ações pela investida SPE Madeira Energia, tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista e OPI, CNO, Andrade Gutierrez Participações S.A., Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, FURNAS e Cemig Geração e Transmissão S.A. como intervenientes e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciária e agente do debenturista. A emissão deste título tem por

Notas Explicativas

objetivo captar recursos destinados à construção da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado.

Em 20 de janeiro de 2012, a Assembleia de acionistas da Estação Transmissora de Energia S.A. aprovou a emissão de Debênture, para subscrição particular, de 221.789.000 debêntures de primeira emissão da Companhia, com garantia real e fidejussória por fiança, em quatro séries, todas elas conversíveis em ações da Companhia, com ou sem direito a voto, nos termos da Escritura Pública da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis dividida em Quatro Séries com Garantia Real e Fidejussória por Fiança. No dia 13 de fevereiro de 2012 foi realizada a primeira emissão do Boletim de subscrição de debêntures para a liberação da primeira parcela dos recursos de financiamentos do FDA, no valor de R\$ 67.030.

NOTA 23 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Eletrobras.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 à 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 30 de junho de 2012, a R\$ 259.313 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 227.174), dos quais R\$ 246.802 no não circulante (31 de dezembro de 2011 - R\$ 211.554).

I - Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Eletrobras esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Eletrobras. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente

Notas Explicativas

que "as obrigações emitidas pela Eletrobras em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários".

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Eletrobras em suas Demonstrações Financeiras, no que se refere às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais.

A inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

		CONTROLADORA	
		30/06/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Juros a Pagar		12.511	15.620
NÃO CIRCULANTE			
Créditos Arrecadados		246.802	211.554
		<u>259.313</u>	<u>227.174</u>

NOTA 24 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), criada pelo Decreto 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica, especialmente na Região Norte do país.

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Eletrobras administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em caixa restrito, e às quotas não quitadas pelas concessionárias.

A Lei 12.111, de 9 de dezembro de 2009, reforma as premissas para contratação de energia elétrica e recebimento de subsídios, inclusive para localidades isoladas, a

Notas Explicativas

serem interligadas em futuro próximo. Sendo assim, os dispositivos nela contidos possuem eficácia a partir de 30 de junho de 2009, nos termos da Resolução normativa ANEEL 427, de 22 de fevereiro de 2011, de modo a permitir às Concessionárias, durante o período de transição para o Sistema Interligado Nacional – (SIN), a manutenção dos subsídios. Com isso, dar-se-á a estas empresas tratamento isonômico ao concedido às concessionárias do SIN, quando da criação do modelo vigente.

O objetivo da Lei 12.111/2009 é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fosseis - CCC.

NOTA 25 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Imposto de Renda	-	-	448.869	329.024
Contribuição Social	-	-	246.683	187.928
IR / CS diferidos	414.876	397.980	1.064.818	1.161.598
PASEP e COFINS	3.179	25.379	263.373	219.257
ICMS	167	183	191.697	124.662
IRRF	141.576	-	141.576	-
PAES / REFIS	-	-	764.365	833.469
INSS	5.264	330	97.721	79.105
Total	<u>565.062</u>	<u>423.872</u>	<u>3.219.103</u>	<u>2.935.043</u>
Passivo circulante	<u>150.186</u>	<u>40.190</u>	<u>1.257.394</u>	<u>1.032.521</u>
Passivo não circulante	<u>414.876</u>	<u>383.682</u>	<u>1.961.708</u>	<u>1.902.522</u>

a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA			
	30/06/2012		30/06/2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	<u>3.093.125</u>	<u>3.093.125</u>	<u>1.493.343</u>	<u>1.493.343</u>
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	773.281	278.381	373.336	134.401
Efeitos de adições e (exclusões):				
Receita de Dividendos	(11.831)	(4.259)	(16.197)	(5.831)
Equivalência patrimonial	(447.750)	(161.190)	(283.924)	(102.213)
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	89.369	32.173	29.828	10.738
Demais adições (exclusões)	<u>(52.795)</u>	<u>(19.006)</u>	<u>(189.697)</u>	<u>(68.291)</u>
Total da despesa (Receita)de IRPJ e CSLL	<u>350.274</u>	<u>126.099</u>	<u>(86.654)</u>	<u>(31.196)</u>

Notas Explicativas

b) Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A controlada Chesf obteve, em 2008, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido até o exercício de 2017.

Neste exercício, o incentivo fiscal mencionado totalizou R\$ 231.737 (R\$ 317.812, em 31 de dezembro de 2011), com registro no resultado do período como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07.

c) Parcelamento Especial - PAES

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletronorte, Amazonas Energia e Distribuição Alagoas optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e SELIC.

NOTA 26 – ENCARGOS SETORIAIS

CIRCULANTE	CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011
a) Reserva Global de Reversão - RGR	170.333	181.868
b) CCC/CDE	66.486	63.249
c) Compensação Financeira - Recursos Hídricos	717.240	584.816
d) Taxa de Fiscalização ANEEL	7.824	11.116
e) PROINFA	62.509	60.643
f) OUTROS	282	-
	<u>1.024.674</u>	<u>901.692</u>

a) Reserva global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias.

As concessionárias recolhem suas quotas anuais ao Fundo, não controlada pela Eletrobras, em conta bancária vinculada, administrada pela Eletrobras, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/1971 e alterações posteriores, também não refletida nas Demonstrações Financeiras da Companhia, posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Eletrobras.

Notas Explicativas

b) Conta de Consumo de Combustível - CCC

Fundo setorial alterado pela Lei nº 12.111/2009, criado na década de 70, tem a finalidade de reembolsar parte do custo total de geração para atendimento ao serviço público de energia elétrica nos Sistemas Isolados, tendo sido mantida a cobertura para os empreendimentos sub-rogados.

Esse custo total de geração de energia elétrica para atender aos Sistemas Isolados abrange os custos relativos ao preço da energia e da potência associada contratada pelos agentes de distribuição, à geração própria desses agentes, inclusive aluguel de máquinas, e às importações de energia e potência associada, incluindo o custo da respectiva transmissão. Também estão compreendidos os encargos e impostos não recuperados, os investimentos realizados em geração própria, o preço da prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas, incluindo instalação, operação e manutenção de sistemas de geração descentralizada com redes associadas, e, ainda, a contratação de reserva de capacidade para garantir a segurança do suprimento de energia elétrica.

Do custo apurado, a CCC reembolsará a diferença em relação ao custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Os recursos da CCC são provenientes do recolhimento de cotas pelas empresas distribuidoras, permissionárias e transmissoras de todo o país, na proporção e em valores determinados pela ANEEL. A partir da promulgação da Lei nº 12.111/2009, não há mais previsão de data para o encerramento das atividades desse fundo setorial e sua gestão não afeta o resultado da Companhia.

c) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada.

Criada em 26 de abril de 2002, a CDE tem duração de 25 anos e é gerida pela Eletrobras, cumprindo programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia, não afetando o resultado da Companhia.

A CDE também é utilizada para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional.

d) PROINFA

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, é gerenciado pela companhia e busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

Notas Explicativas

O PROINFA prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa respondem pela geração de aproximadamente 12.000 GWh/ano - quantidade capaz de abastecer cerca de 6,9 milhões de residências e equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas, e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Eletrobras. As operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia.

O Proinfa também proporciona a redução da emissão de gases de efeito estufa da ordem de 2,8 milhões de toneladas de CO₂/ano ao incluir as fontes limpas na produção de energia elétrica do país.

e) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Conforme estabelecido na Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis nº 9.433/97, nº 9.984/00 e nº 9.993/00, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHE's, enquanto que os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), são dispensadas do pagamento da compensação financeira.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

f) Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica foi criada, pela Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28 de novembro de 1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica cobertura das suas despesas administrativas e operacionais.

A TFSEE equivale a 0,5% do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado, inclusive no caso de produção independente e autoprodução, na exploração de serviços e instalações de energia elétrica.

A TFSEE é devida desde 1º de janeiro de 1997, sendo fixada anualmente pela ANEEL e paga em doze cotas mensais.

Notas Explicativas**NOTA 27 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS**

	CONTROLADORA	
	30/06/2012	31/12/2011
Circulante		
JCP exercício	-	1.066.951
Dividendos não reclamados	143.782	109.398
Dividendos retidos exercícios anteriores	3.483.066	3.147.364
	3.626.848	4.323.713
Não circulante		
Dividendos retidos exercícios anteriores	-	3.143.222
Total	3.626.848	7.466.935

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

Dividendos Retidos de Exercícios Anteriores

O Conselho de Administração da Companhia deliberou em janeiro de 2010 pagar os dividendos retidos mantidos até então na Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos, em quatro parcelas anuais, a partir do exercício de 2010, inclusive.

Fazem jus ao referido recebimento as pessoas físicas e jurídicas que integram o quadro de Acionistas da Eletrobras em 29 de janeiro de 2010, restando ser liquidada a parcela de junho de 2013, no total de R\$ 3.483.066 (R\$ 6.290.586 em 31 de dezembro de 2011).

Os créditos são remunerados pela variação da Taxa SELIC, até a data do efetivo pagamento de cada parcela, incidindo, sobre essa remuneração, retenção de IRRF, nos termos da legislação vigente.

Dividendos Prescritos

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante, contém a parcela de R\$ 142.679 (R\$ 109.398 em 31 de dezembro de 2011), referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011. A remuneração relativa ao exercício de 2007, e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

NOTA 28 - CRÉDITOS DO TESOURO NACIONAL

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Aquisição de ações da CEEE-GT e CEEE-D	110.967	101.448	92.240	144.753
Outros	8.119	7.602	7.847	10.923
	119.086	109.050	100.087	155.676

Notas Explicativas**NOTA 29 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO**

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição definida (CD).

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas do Sistema Eletrobras

Empresa	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X	X	
Amazonas	X		X		
Boa Vista	X		X		X
Ceal	X		X		X
Cepisa	X				
Ceron			X		
CGTEE	X				
Chesf	X	X	X	X	
Eletroacre			X		
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X			X	X
Eletrosul	X		X		X
Furnas	X		X	X	X
Itaipu BR	X			X	X
Itaipu PY	X			X	X

Com a adoção dos padrões estabelecidos pelo CPC 33/IAS 19, a Administração da Companhia decidiu pela alteração da política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, tendo adotado, a partir de 1º de janeiro de 2009, a política de reconhecimento imediato, no período em que ocorrerem os ganhos e perdas atuariais diretamente em Outros Resultados Abrangentes, conforme permitido pelo item 93A do CPC 33/IAS 19.

A seguir estão apresentados os resultados consolidados do grupo Eletrobras. A data de avaliação para cada ano é 31 de dezembro.

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Planos de benefícios previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício				
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	147.451	-	1.838.409	1.656.415
Outros benefícios pós-emprego - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício				
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	18.332	30.617	869.525	741.116
Valor do passivo registrado	<u>165.783</u>	<u>30.617</u>	<u>2.707.933</u>	<u>2.397.530</u>
Planos de benefícios previdenciários - Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA				
Valor acumulado em ORA no final do exercício	174.371	(5.325)	1.373.860	840.085
Outros benefícios pós-emprego - Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA				
Valor acumulado em ORA no final do exercício	(7.463)	6.837	672.177	615.840
	<u>166.908</u>	<u>1.512</u>	<u>2.046.037</u>	<u>1.455.925</u>

A companhia e suas controladas avaliam seus passivos atuariais anualmente e consequentemente, os valores apresentados acima podem sofrer alteração em razão da avaliação que será realizada para a data base de 31 de dezembro de 2012.

NOTA 30 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

Na data de encerramento das informações trimestrais, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza:

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	66.350	67.544
Tributárias	-	-	78.300	76.477
Cíveis	-	-	61.264	95.169
Outros	-	-	1.000	1.000
	-	-	206.914	240.190
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	3.072	4.293	835.923	786.040
Tributárias	-	-	262.234	297.721
Cíveis	1.307.026	1.442.104	3.626.665	3.564.443
Outros	-	-	3.826	3.972
	1.310.098	1.446.397	4.728.648	4.652.176
	1.310.098	1.446.397	4.935.562	4.892.366

A administração da Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Financeiras.
- Nas datas das informações trimestrais não haviam causas dignas de menção, cujo desfecho negativo seja considerado possível ou remoto, que sejam diferentes das causas divulgadas em dezembro de 2011.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas as provisões para contingências, julgadas pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

Notas Explicativas

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2011	1.446.397	4.892.366
Constituição de provisões	-	421.314
Reversão de provisões	-	(224.225)
Pagamentos	(136.299)	(153.893)
Saldo em 30/06/2012	1.310.098	4.935.562

1 – Principais Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas e spe's com probabilidade de perda provável:

1.1 - Ações judiciais cíveis

1.1.1 – Na Controladora

Ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituídos a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na legislação específica. A Companhia mantém provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R\$ 1.307.026 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 1.442.104).

As demandas que foram objeto de provisão impugnaram a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório, utilizada para a atualização dos créditos constituídos a partir de 1978, créditos esses que foram integralmente pagos pela Eletrobras por intermédio de conversões em ações ocorridas através da 72ª, 82ª e da 142ª Assembleias Gerais Extraordinárias da Eletrobras.

Existem atualmente 2.289 ações judiciais com esse objeto tramitando em diversas instâncias e a administração da Companhia, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, estima entre seis a oito anos, o prazo médio para a solução definitiva dos processos em curso.

Em julgamento ocorrido em 12 de agosto de 2009, no que diz respeito aos créditos do Empréstimo Compulsório, os recursos interpostos pela Eletrobras foram parcialmente providos pelo STJ, vez que foram considerados prescritos os créditos das 1ª e 2ª conversões. Também foi considerada não aplicável a taxa Selic sobre o principal, incidindo juros apenas a partir da data da citação. Foi confirmada a conversão dos referidos créditos pelo valor patrimonial da ação.

Em decorrência desse julgamento, as premissas de cálculo consideradas na determinação do valor da provisão, leva em consideração os impactos nos aspectos jurídicos e metodológicos decorrentes da decisão judicial.

Essas ações não se confundem com aquelas ajuizadas com a pretensão de obter o resgate das Obrigações ao Portador, atualmente inexigíveis, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório.

Notas Explicativas

1.1.2 - Em empresas controladas

1.1.2.1 - Na controlada Chesf:

a) A Chesf é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350 milhões, em dobro.

A ação foi ajuizada perante a Justiça Federal, mas a decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou a sua tramitação perante a Justiça Estadual de Pernambuco. A ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente. A reconvenção apresentada pelas rés foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife, e a decisão foi mantida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A Chesf e a União Federal, sua assistente neste processo, apresentaram recursos especiais e extraordinários, discutindo a decisão no feito principal e decisões prolatadas, que podem resultar na anulação do processo. O Superior Tribunal de Justiça, em agosto de 2010, deu provimento a um desses recursos especiais apresentado pela Chesf, reduzindo o valor da causa, o que implica substancial redução nos honorários a serem eventualmente pagos na ação principal. O mesmo STJ negou provimento aos demais recursos especiais apresentados pela Chesf e União Federal, mantendo, portanto, a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que julgou improcedente a ação declaratória movida pela Chesf e julgou procedente a reconvenção apresentada pelas rés. Nesse julgamento, o STJ reduziu substancialmente a condenação em honorários. As partes ainda não foram intimadas dessas decisões, contra as quais ainda há possibilidade de apresentação de recursos. Em 30/06/2012 aguardava-se, ainda, a intimação das partes quanto as decisões proferidas pelo STJ.

Em novembro/1998, as rés apresentaram pedido de execução provisória da decisão, no valor de R\$ 245 milhões, estando o processo suspenso por determinação do Ministro Presidente do STJ (PET 1621). Essa Liminar foi objeto de Agravo Regimental por parte do Consórcio, o qual foi julgado em 24/06/2002, mantendo-se por unanimidade a Liminar antes concedida pelo Presidente do STJ, ficando, desta forma, afastada a possibilidade de execução das quantias resultantes do processo, antes do trânsito em julgado da decisão final.

Posteriormente as rés apresentaram perante o Juízo da 12ª Vara Cível do Recife processo de liquidação da decisão, com a finalidade de apurar o valor atual da condenação, na hipótese de serem negados todos os recursos da Chesf e da União Federal.

Nos autos dessa ação de liquidação o Juiz da 12ª Vara Cível reconheceu que a competência para apreciar a demanda é da Justiça Federal, considerando a presença da União como parte interessada no feito. Inconformado com essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento, tendo o Tribunal de Justiça de Pernambuco alterado essa decisão e determinado que a competência para julgamento do processo de liquidação é da Justiça Comum Estadual.

Notas Explicativas

Contra essa decisão do TJPE, foram interpostos recursos especial e extraordinário, pela Chesf e pela União Federal. Em outubro/2010 referidos recursos foram julgados em desfavor da Chesf e da União, salvo na parte referente aos honorários dos patronos do Consórcio, que foram reduzidos. Em 30/06/2012, aguardava-se a publicação dos acórdãos correspondentes.

Posteriormente, o Juiz Substituto na 12ª Vara Cível da Comarca do Recife proferiu sentença julgando o processo de liquidação e fixando o valor da condenação em R\$ 842.469, havendo a Chesf interposto, contra essa decisão, os cabíveis embargos de declaração, considerando que a sentença deixou de se manifestar sobre diversas impugnações apresentadas pela Chesf em torno do laudo pericial oferecido pelo perito do juízo.

Julgando esses embargos de declaração, o Juiz da 12ª Vara Cível extinguiu o processo de liquidação, por considerar que a matéria ainda se encontrava sub judice no STJ. Contra essa decisão o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento para o Tribunal de Justiça de Pernambuco. A 6ª Câmara Cível do TJPE ao apreciar a matéria, em 26/05/2011, converteu o agravo de instrumento em apelação e julgou-a procedente. Contra essa decisão a Chesf interpôs Embargos de Declaração, ainda sub judice. Em 31/12/2011 encontravam-se em tramitação no STJ embargos de declaração interpostos pelo Consórcio Xingó, no que se refere à decisão daquela corte em torno do valor da causa e dos honorários de sucumbência, devidamente contra-arrazoados pela Chesf e no TJPE os mesmos embargos interpostos pela Chesf conforme anteriormente informado. Em 23/03/2012 o TJPE julgou os embargos interpostos pela Chesf e a União mas, como não fez de forma clara, novos embargos foram interpostos, no prazo legal, para se obter o devido esclarecimento sobre o conteúdo da decisão.

A Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado em 30/06/2012 é de R\$ 481.054, para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Esta provisão corresponde à glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996, por entendimento da Companhia. Em 30/06/2012 a situação relatada anteriormente permanecia inalterada.

Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

b) Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (Proc. 0085/1993). A Sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido condenando a Chesf no valor de R\$ 50.000, correspondente a principal mais juros e correção monetária. Em 31/12/2008, a Chesf havia interposto recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente. Em 30/09/2009 a Chesf não tinha sido notificada sob a redistribuição dos autos. Em 30/06/2011 foi julgado parcialmente procedente recurso de apelação interposto pela Chesf perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo negado provimento à apelação do autor, conforme acórdão publicado em 24/06/2011. Em 30/09/2011 foi ajuizada ação rescisória perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Em 31/12/2011 a liminar havia sido deferida para ordenar a interrupção da execução do processo

Notas Explicativas

principal. Em 30/06/2012 não houve movimentação de relevância no processo, estando a ação rescisória ainda pendente de julgamento. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 100.000.

c) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Pernambuco – MPPE em Petrolândia (Proc. 81643-3), resultante de direito de reassentamento de trabalhadores rurais afetados pela construção da UHE Itaparica. O Autor afirma ser inexistente por carência de legitimidade o acordo firmado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em 06/12/1986, e requer a diferença das verbas de manutenções temporárias pagas no período, dando à causa o valor atualizado de aproximadamente R\$ 87.000. Recurso de Apelação da Chesf, alegando a ilegitimidade do MPPE para o feito teve provimento pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, contudo, o STJ, em grau de recurso especial proposto pelo Autor reconheceu a legitimidade do MPPE e determinou a remessa dos autos ao TJPE. Em 19/04/2010, julgando o mérito da Apelação da Chesf, o TJPE, à unanimidade, negou-lhe provimento. A Chesf interpôs conjuntamente Recurso Especial e Recurso Extraordinário e correspondentes agravos de instrumento. Em 31/12/2011 o STJ havia concedido provimento ao agravo de instrumento da Chesf determinando a subida do Recurso Especial, o qual se encontra concluso com o relator, em 30/06/2012. A Companhia possui em seu passivo não circulante, provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 87.000.

d) Ação de indenização por perdas e danos decorrente da não contratação da então Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga em virtude de licitação para a aquisição de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Camaçari (BA), o que teria caracterizado, no dizer da demandante, a figura dos lucros cessantes, ou seja, valores que efetivamente deixou de ganhar pela não efetivação do contrato em tela. A Chesf interpôs, sucessivamente, recurso de apelação, recurso especial, agravo de instrumento em recurso especial e agravo regimental no agravo de instrumento em recurso especial; contudo, não obteve êxito. Em 30/06/2012 o processo se encontra em fase de execução na 5.ª Vara Cível da Comarca do Recife - PE, pendente de apreciação de impugnação ao cumprimento de sentença. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nessa ação no valor de R\$ 23.292.

e) Ação Civil Pública, processo nº 5000.06-2011.4.01.3306, manejada pelo Ministério Público Federal em conjunto com a Funai alegando, em favor de 80 pessoas, que se autodenominam índios, os mesmos direitos reconhecidos a comunidade Tuxá, fruto do Termo de Ajuste de Conduta - TAC, firmado com o Ministério Público Federal, Funai, Chesf, e a própria Comunidade Tuxá, acrescido de outros pedidos. A Companhia, tempestivamente, contestou todos os argumentos lançados no processo em comento por entender que os substituídos não possuem direito. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 25.200.

f) Ação de desapropriação, processo n.º 0001023-58.2011.8.05.0073, no qual litigam Manoel Lino dos Santos e outros 121, contra a Chesf, visando à regularização de 121 (cento e vinte uma) indenizações celebradas administrativamente, com vários posseiros no Município de Curaçá - BA. Prolatada a sentença, a ação foi julgada procedente, no sentido de condenar a Chesf a pagar R\$ 359,47 por hectare, em consonância com o art. 27 do Decreto-lei n.º 3.365/1941 (Lei de Desapropriações). A Chesf interpôs recurso de apelação para o TJBA, o qual reformou parcialmente a

Notas Explicativas

sentença, no sentido de excluir do valor da condenação apenas os honorários do assistente técnico da parte Autora. A Chesf, então, interpôs recurso especial, pendente de apreciação pelo Egrégio STJ. Tendo em vista que o recurso especial possui tão somente efeito devolutivo (art. 542, § 2.º, do Código de Processo Civil), a parte Autora propôs cumprimento de sentença provisório, tendo sido expedida, para tanto, a Carta Precatória de n.º 0070647-86.2011.8.17.0001, na qual fomos intimados para pagar ou nomear bens à penhora no valor de R\$ 28.088. A Chesf, por discordar dos cálculos, em março/2012 efetuou o depósito e impugnou a referida sentença, vez que a matéria de mérito ainda está sendo discutida, efetuando em seu passivo não circulante provisão no valor equivalente ao depósito, para suportar eventual perda nessa ação.

1.1.2.2 - Na Controlada Eletronorte:

Diversas demandas cíveis de caráter indenizatório por perdas financeiras, em função de atrasos de pagamentos a fornecedores e, por desapropriações de áreas inundadas por reservatórios de usinas hidrelétricas. O montante estimado de perda, cuja probabilidade é provável, é de R\$ 750.789.

1.1.2.3. – Na Controlada Furnas

1) Ação de cobrança movida pela AES Tietê no valor estimado de R\$ 51.104. FURNAS efetuou depósito no mesmo valor do qual foi liberado, pelo juízo para saque da AES, o valor de R\$ 46.458. O saldo remanescente, R\$ 4.320 mil, ainda está em discussão e a probabilidade de perda é provável.

2) Ação movida pela Tractebel no valor estimado de R\$ 82.931 cujo objeto é correção monetária de contratos iniciais cujas faturas foram liquidadas após vencimento.

3) Autos de infração lavrados pela Aneel que estão sendo contestados por FURNAS cujas ações ajuizadas possuem probabilidade de perda provável. O valor estimado de perda é de R\$ 79.222.

1.1.2.4 – Na controlada Ceron

a) Diferencial de alíquota do ICMS, no período de 2001 e 2002, objeto dos Autos de Infração nº. 01.037.884-4 e 01.037.885-2, no montante de R\$ 12.536, atualizado até 30 de junho de 2012.

b) Autos de infração – ANEEL

Em dezembro de 2011, após a manifestação da assessoria jurídica da Companhia com o posicionamento na alteração da probabilidade de perda possível para provável dos autos de infração, a Companhia registrou como provisão passiva os autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em decorrência de não conformidade e procedimentos ocasionados por descumprimento às resoluções vigentes que são estabelecidas ao setor elétrico.

A seguir, elencamos o detalhamento dos autos:

Notas Explicativas

AI	Origem	Período	Valor R\$		
			Principal	Atualização	Total
004/2008	DEC e FEC	2003, 2004 e 2006	15.702	3.224	18.926
038/2010-SFE	DEC e FEC	2008	1.899	390	2.289
043/2010-SFE	Índices INS, ICO e IAB		109	22	131
054/2010-SFE	Informações Perdas Técnicas		889	183	1.072
078/2010-SFE	Não conformidade nas áreas técnicas e comercial		1.171	241	1.412
089/2010-SFE	DEC e FEC	2009	4.301	883	5.184
090/2010-SFE	Índices DRP e DRC	2008 a 2009	1.472	302	1.774
039/201-SFG	Não equacionamento reposição óleo diesel a CCC		8.585	1.763	10.348
006/2012-SFE	Índices INS, ICO e IAB		3.673	754	4.427
Total dos Autos			37.801	7.762	45.563

DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora
 FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora
 INS – Índice de Nível de Serviço
 ICO – Índice de Chamadas Ocupadas
 IAB – Índice de Abandono
 DRP – Duração Relativa da Transgressão de Tensão Precária
 DRC – Duração Relativa da Transgressão de Tensão Crítica
 DMIC – Duração Máxima de Interrupção Contínua por Unidade Consumidora

Para todos os autos acima, a Companhia apresentou recursos, cujas penalidades foram mantidas pelo Órgão Regulador e os assuntos foram encerrados na esfera administrativa.

Para os autos 004/2008, 038/2010, 043/2010, 054/2010, 078/2010, 089/2010 e 090/2010, a Companhia interpôs as ações judiciais efetivando os respectivos depósitos. Os demais autos a Companhia está analisando a viabilidade de ajuizar as ações.

As ações principais judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda possível são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e não tiveram alterações quanto aos seus montantes e avaliações de probabilidade de perda para a Companhia, de acordo com seus consultores jurídicos.

1.2 - Ações judiciais trabalhistas

1.2.1 - Em empresas controladas

1.2.1.1 - Na controlada Furnas:

a) Data – base dos engenheiros

Data-base dos engenheiros – o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro ajuizou ações trabalhistas no sentido de reaver diferenças salariais relativas à mudança de data-base dos engenheiros, estando atualmente o processo em fase de liquidação. O valor estimado deste processo é de R\$ 42.474 para a probabilidade de perda provável;

b) Periculosidade

Diversas ações promovidas, nas quais são pleiteadas o adicional de periculosidade, no entendimento de que deva ser concedido o percentual integral e não proporcional a

Notas Explicativas

todos os empregados que prestam serviços em atividade sujeita ao risco elétrico, no montante de R\$ 36.553.

c) Complemento de aposentadoria

Refere-se ao saldo a pagar relativo à complementação de aposentadoria – paridade com os empregados ativos, no montante de R\$ 112.962.

1.2.1.2 - Na Controlada Eletronorte:

Diversos processos judiciais trabalhistas, na sua grande parte, decorrentes de ações relativas à adicional de periculosidade, Plano Bresser, horas extras, cálculo de multa de FGTS e alinhamento de curva salarial. O montante estimado de perda provável é de R\$ 257.225.

1.2.1.3 – Na controlada Ceal

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia, visando o recebimento de supostas diferenças salariais ocorridas em virtude da implantação do denominado “Plano Bresser” (Decreto-Lei nº 2.335/87).

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão esta confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, estando a decisão transitado em julgado.

Ocorre que, na execução da sentença, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió entendeu a época que não deveria haver limitação a data-base da categoria, o que extraordinariamente oneraria a execução, conseqüentemente criaria uma dívida vultosa.

Daí o risco avaliado de perda ser provável quanto a avaliação de perda limitada a data base, pois o julgamento da limitação da data-base da categoria dar-se-á com a continuidade da execução.

Conforme a OJ/TST (SDI i) Nº 262, não ofende “à coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos”.

O pagamento de diferenças salariais foi limitado à data base através da Súmula 322 do TST que estabelece: os reajustes salariais decorrentes dos chamados “gatilhos” e URPs, previstos legalmente como antecipação, são devidos tão-somente até a data-base de cada categoria.

Ressalta-se que entre as medidas judiciais cabíveis, ainda há a possibilidade de apresentação de Embargos à Execução, o que permitiria o exame da limitação dos cálculos à data base da categoria.

Acrescente-se a isso o fato de a União ter ingressado no feito como assistente, o que reforça a defesa da Companhia na busca pela limitação à data base. Bem como a decisão datada de 15 de março de 2011, do TRT da 19ª Região, proc. 251900.68.5.19.1989.0002, da Companhia de Abastecimento de Águas e Saneamento de Alagoas – CASAL, que houve a limitação à data base.

Notas Explicativas

A Companhia tem constituída provisão para contingências em relação a esse assunto, no montante de R\$ 2.580.

1.3 – Ações Judiciais Tributárias

1.3.1- Em empresas controladas

1.3.1.1 - Na controlada Furnas:

Autos de infração - FINSOCIAL, COFINS e PASEP

A principal ação registrada neste grupo refere-se ao questionamento de autos de infração lavrados contra FURNAS em 3 de maio de 2001, relativos ao Finsocial, Cofins e Pasep, no montante atualizado de R\$ 1.098.900 (R\$ 791.796 históricos), em decorrência de exclusões nas bases de cálculo relativas, principalmente, repasse e transporte de energia de Itaipu, por um período de dez anos. Estes autos de infração sobrepuseram-se a outros emitidos em 1999, para um período de fiscalização de cinco exercícios, no montante de R\$ 615.089 mil, que haviam sido objeto de adesão ao Refis, em 1 de março de 2000, e transferidos, em 31 de julho de 2003, para o Paes.

Em 12 de junho de 2008, com a emissão, pelo STF, da Súmula Vinculante nº 8, a cobrança dos autos de infração foi reduzida para cinco anos, passando o montante atualizado de R\$ 1.098.900 para R\$ 202.208 .

A Empresa, baseada na divulgação das últimas decisões da Receita Federal, constituiu provisão para riscos fiscais, no valor total de R\$ 79.835, relativas ao Pasep / Cofins incidentes sobre a exclusão das bases de cálculo da RGR dos períodos de junho de 1996 a setembro de 2000 e outubro de 2005 a março de 2007. A diferença de R\$ 122.373 refere-se a outras exclusões das referidas bases de cálculo, ainda em fase de julgamento, no qual existem possibilidades de ganho para FURNAS, segundo o entendimento de sua área jurídica.

1.3.1.2 - Na controlada Chesf:

a) A controlada, possui questões envolvendo, basicamente, ações anulatórias de autos de infração; pleitos de ressarcimento de créditos (PIS/PASEP - COFINS) e outros tributos singulares. A companhia mantém provisão no valor de R\$ 10.841 (em 31 de dezembro de 2011 - R\$ 10.853).

1.3.1.3 - Na controlada Cepisa :

As ações fiscais provisionadas, consideradas com expectativa de perda provável, são compostas por processos referente a ICMS e ISS, que totalizam o montante de R\$ 17.055.

Notas Explicativas**NOTA 31 - OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS**

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite dismantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

Dadas as características específicas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

O saldo da obrigação, registrada a valor presente, em 30 de junho de 2012 é de R\$ 419.781 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 408.712).

Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2011	408.712
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no período	<u>11.069</u>
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 30/06/2012	<u><u>419.781</u></u>

NOTA 32 – CONCESSÕES A PAGAR – USO DO BEM PÚBLICO

A Companhia tem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica, substancialmente em empreendimentos através das Sociedades de Propósito Específico - SPEs. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões de usinas hidrelétricas foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo.

Os valores estabelecidos nos contratos de concessão estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente essas obrigações.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das Usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

A Companhia adota como política contábil, reconhecer a obrigação na data da obtenção da licença ambiental de instalação (LI).

Os pagamentos da UBP são realizados em parcelas mensais a partir do início da operação comercial do empreendimento até o final do prazo de concessão, e estão assim previstos:

Notas Explicativas

		CONSOLIDADO	
UHE	Circulante		
	30/06/2012	31/12/2011	
Foz do Chapecó	19.601	19.498	
Peixe Angical	6.486	6.627	
Retiro Baixo	131	123	
Serra do Facão	3.854	3.856	
Santo Antonio	5.869	5.129	
Total	<u>35.941</u>	<u>35.233</u>	
		Não Circulante	
	30/06/2012	31/12/2011	
Jirau	42.246	39.776	
Belo Monte	75.070	72.593	
Passo São João	3.821	4.069	
Mauá	12.406	12.357	
São Domingos	9.033	4.774	
Teles Pires	37.515	34.928	
Batalha e Simplicio	43.828	42.230	
Foz do Chapecó	240.328	236.560	
Peixe Angical	77.434	77.029	
Retiro Baixo	3.695	3.563	
Serra do Facão	646.053	635.722	
Santo Antonio	72.685	70.825	
Balbina	312.302	-	
Total	<u>1.576.416</u>	<u>1.234.426</u>	

Notas Explicativas

UHE	anos	Valor nominal original		Valores atualizados	
		Pagamento anual	Pagamento total	Pagamento anual	Pagamento total
Passo São João	29	200	5.944	278	8.108
Mauá	30	618	18.855	832	25.168
São Domingos	25	260	6.717	699	17.825
Jirau	30	3.150	96.578	3.918	120.134
Teles Pires	32	2.702	84.446	5.078	77.852
Batalha	35	298	8.725	411	8.073
Simplício	35	1.134	34.036	1.546	34.598
Foz do Chapecó	35	19.261	504.000	45.233	646.054
Peixe Angical	35	6.800	197.200	15.846	209.799
Retiro Baixo	35	238	7.117	360	7.810
Serra do Facão	35	40.618	1.073.000	93.468	1.305.851
Santo Antônio	35	11.852	379.267	15.384	476.316
Belo Monte	35	8.305	99.662	6.071	72.856
		<u>95.436</u>	<u>2.515.547</u>	<u>189.124</u>	<u>3.010.444</u>

NOTA 33 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011
Aquisição de participação acionaria CEEE / CGTEE	133.270	133.270
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	2.250	2.250
UHE de Xingó	6.321	6.321
Linha de transmissão no Estado da Bahia	989	989
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	5.865	5.865
	<u>148.695</u>	<u>148.695</u>

NOTA 34 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

Notas Explicativas

Empresas	R\$ mil			
	2013	2014	2015	Após 2015 (pagamento anual)
Amazonas *	2.508.607	2.454.581	2.387.563	-
Distribuidora Alagoas *	562.485	566.332	1.217.816	-
Distribuidora Piauí *	763	697	15.812	-
Distribuidora Rondônia *	745.591	914.260	1.115.228	-
Eletrobras	1.850.000	1.850.000	1.850.000	1.850.000
Eletronorte *	92.763	98.792	105.214	112.052
Eletronuclear	375.519	321.884	280.353	286.582
Furnas	390.515	99.122	3.699	-
Total	6.526.243	6.305.669	6.975.686	2.248.634

* Compra de energia

1. Combustível nuclear (Eletronuclear)

Contratos assinados com as Indústrias Nucleares Brasileiras – INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra I e UTN Angra II.

2. Compromissos sócio ambientais

A) Angra III

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados a UTN Angra III, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

3. Aquisição de equipamentos

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado das usinas Angra I e Angra II, necessários à manutenção operacional desses ativos.

4. Compra de Energia de Produtor Independente - Proinfa

A Eletrobras apoia o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira. Através do programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, buscando soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia e incentivado o crescimento da indústria nacional.

O Proinfa prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa responderão pela geração de aproximadamente 12.000GWh/ano, equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Toda essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Eletrobras.

Notas Explicativas**NOTA 35 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO****I - Capital Social**

O Capital Social da Companhia em 30 de junho de 2012 é de R\$ 31.305.331 (31 de março de 2012 - R\$ 31.305.331) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.352.634.100 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	552.968.382	50,87	-	2.252	0,00	552.970.634	40,88
BNDESPAR	180.757.951	16,63	-	18.691.102	7,04	199.449.053	14,75
BNDES	76.338.832	7,02	-	18.262.671	6,88	94.601.503	6,99
FND	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB	1.000.000	0,11	-	-	-	1.000.000	0,09
FGI	-	-	-	8.750.000	3,30	8.750.000	0,65
FGO	-	-	-	468.600	0,18	468.600	0,03
Outros	230.363.543	21,17	146.920	219.262.258	82,60	449.772.721	33,24
	<u>1.087.050.297</u>	<u>100,0</u>	<u>146.920</u>	<u>265.436.883</u>	<u>100,0</u>	<u>1.352.634.100</u>	<u>100,0</u>

Do total das 423.351.489 (já deduzidas as 526 ações ordinárias, referentes aos Diretores e Membros do Conselho de Administradores da Eletrobras) ações em poder dos minoritários, 297.252.716, ou seja, 70,21% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 159.929.568 de ordinárias, 28 de preferenciais da classe "A" e 137.323.120 de preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 69.519.125 ações ordinárias e 30.439.341 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts* - ADR's.

II - Reservas de Capital

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	<u>26.048.342</u>	<u>26.048.342</u>

Notas Explicativas**III - Reservas de Lucros**

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos e de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2012	31/12/2011
Legal (art. 193 - Lei 6.404/1976)	2.233.016	2.233.016
Estatutárias (art. 194 - Lei 6.404/1976)	16.337.997	16.337.997
	<u>18.571.013</u>	<u>18.571.013</u>

NOTA 36 – LUCRO POR AÇÃO**(a) Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

30/06/2012				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	2.102.963	284	513.504	2.616.751
	<u>2.102.963</u>	<u>284</u>	<u>513.504</u>	<u>2.616.751</u>
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80%	0,01%	20%	100%
Resultado por ação básico (R\$)	1,93	1,93	1,93	

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível (empréstimo compulsório). Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

30/06/2012					
Numerador	Ordinárias	Ordinárias convertidas	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	2.096.084	8.560	283	511.824	2.616.751
	<u>2.096.084</u>	<u>8.560</u>	<u>283</u>	<u>511.824</u>	<u>2.616.751</u>
Denominador	Ordinárias	Ordinárias convertidas	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	4.439	147	265.437	1.357.073
% de ações em relação ao total	80,10%	0,33%	0,01%	19,56%	100,00%
Resultado por ação diluído (R\$)	1,93	1,93	1,93	1,93	

Notas Explicativas**NOTA 37 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Geração				
Suprimento / Fornecimento	1.141.215	897.457	10.785.497	8.922.823
Repasse Itaipu	202.041	694.658	202.041	694.658
	<u>1.343.256</u>	<u>1.592.115</u>	<u>10.987.538</u>	<u>9.617.481</u>
Transmissão				
Atualizações da taxa de retorno - Transmissão	-	-	1.548.005	1.232.257
Receita de operação e manutenção	-	-	1.025.246	817.992
Receita de construção	-	-	1.640.599	1.114.262
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.213.850</u>	<u>3.164.511</u>
Distribuição				
Fornecimento	-	-	2.631.374	2.151.097
Receita de operação e manutenção	-	-	14.832	18.506
Receita de construção	-	-	392.779	381.348
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.038.985</u>	<u>2.550.951</u>
Outras receitas	<u>19.831</u>	<u>6.615</u>	<u>349.376</u>	<u>387.797</u>
	<u>1.363.087</u>	<u>1.598.730</u>	<u>18.589.749</u>	<u>15.720.740</u>
(-) Deduções à Receita Operacional				
(-) Encargos setoriais	-	-	(927.672)	(815.508)
(-) ICMS	-	-	(592.822)	(511.177)
(-) PASEP e COFINS	(102.819)	(105.450)	(1.056.497)	(949.821)
(-) Outras Deduções	-	-	(11.066)	(6.951)
	<u>(102.819)</u>	<u>(105.450)</u>	<u>(2.588.057)</u>	<u>(2.283.457)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.260.268</u>	<u>1.493.280</u>	<u>16.001.692</u>	<u>13.437.283</u>

NOTA 38 – RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	1.589.982	915.580	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	36.654	30.664	36.654	30.664
	<u>1.626.636</u>	<u>946.244</u>	<u>36.654</u>	<u>30.664</u>
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	246.078	265.863	257.610	301.437
Outros investimentos	70.021	56.461	70.021	56.461
	<u>1.942.735</u>	<u>1.268.567</u>	<u>364.285</u>	<u>388.562</u>

NOTA 39 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Pessoal	166.209	186.711	2.745.514	2.628.880
Material	2.156	2.314	151.054	133.446
Serviços	51.944	47.165	1.033.411	896.806
	<u>220.309</u>	<u>236.190</u>	<u>3.929.979</u>	<u>3.659.132</u>

Notas Explicativas**NOTA 40 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E USO DA REDE ELÉTRICA**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Suprimento	961.356	766.856	1.788.499	1.325.046
Uso da Rede	-	-	772.625	668.389
Comercialização CCEE	225.899	172.238	384.345	386.846
Outros	3.034	1.267	14.770	6.568
	<u>1.190.289</u>	<u>940.361</u>	<u>2.960.239</u>	<u>2.386.849</u>

NOTA 41 - PROVISÕES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Garantias	25.372	19.133	25.372	19.133
Contingências	(136.301)	(13.590)	89.483	254.260
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	460.072	266.585
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	(65.847)	53.845	(65.847)	53.845
Passivo a descoberto em Controladas	314.409	95.022	-	-
Perdas em Investimentos	43.065	-	43.065	-
Impairment	-	-	(1.942)	409.000
Outras	6.138	28.516	(103.735)	(60.944)
	<u>186.836</u>	<u>182.926</u>	<u>446.467</u>	<u>941.879</u>

NOTA 42 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**1 - Gestão de Recursos****1.1-Gestão de Capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Notas Explicativas

	30/06/2012	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Total dos Empréstimos	18.827.891	45.916.277
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	743.772	3.938.552
Dívida Líquida	18.084.119	41.977.725
(+) Total do Patrimônio Líquido	78.784.001	79.037.975
Total do Capital	96.868.120	121.015.700
Índice de Alavancagem Financeira	19%	35%

2 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, as quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos.

2.1 - Ativos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

- a) Caixa e equivalentes de caixa: mantidos para a negociação à curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- b) Títulos e valores mobiliários: Longo Prazo - são aqueles com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável. Curto Prazo - mantidos para a negociação à curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente.
- c) Consumidores e revendedores: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização.
- d) Créditos renegociados: tais ativos são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores justos e prováveis de realização.
- e) Financiamentos e empréstimos concedidos: são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- f) Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados com empréstimos e recebíveis.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

Notas Explicativas

No encerramento deste trimestre, a carteira consolidada de empréstimos e financiamentos concedidos totalizou R\$ 9.782.094 (R\$ 9.737.390 em 31 de dezembro de 2011), conforme demonstrado a seguir por moeda:

Moeda	U\$ (equivalentes)	%	R\$
US\$	2.994.446	61,88%	6.052.673
R\$	1.845.061	38,12%	3.729.421
	4.839.506	100%	9.782.094

g) Derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o critério do teste de eficácia (CPC 38).

3 - Política de *hedge* Financeiro

A Eletrobras apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A companhia apresenta relevante descasamento entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com Itaipu Binacional. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros Libor, relativas a contratos de captação externa.

Nesse contexto foi aprovada a Política de *hedge* Financeiro da Eletrobras. O objetivo da atual política é perseguir a mitigação da exposição as variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas Demonstrações Contábeis.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *hedge* Financeiro no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Eletrobras.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Empresa, a política aprovada elenca uma escala de prioridades. Primeiramente, a solução estrutural, e, apenas nos casos residuais, seriam adotadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas, serão com o intuito exclusivo de proteger ativos e passivos indexados da Companhia e de suas controladas que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

A Eletrobras vem realizando estudos e discutindo, através do Comitê de Hedge Financeiro, a realização de operações de *hedge*. Em 2011 foi ampliado o Programa de Operações com Instrumentos Derivativos, o qual passa a abranger, além dos descasamentos de moeda até o período de dezembro de 2012, também as exposições à taxa de juros existentes em tal período.

Notas Explicativas

Desta forma, conforme o quadro abaixo a empresa realizou operações de trava de juros Libor com o intuito de neutralizar a volatilidade dos contratos de captação realizados à Libor de 6 meses. Além da operação de swap de Libor, estratégias de hedge cambial foram analisadas em 2011 e estão sendo implementadas, priorizando as soluções estruturais, em linha com a Política de Hedge Financeiro da Eletrobras. Dentro dessa estratégia tem-se levado em conta na estruturação das novas captações, não só o montante total do descasamento, mas também sua disposição ao longo do tempo, com vistas a efetuar tanto o hedge de balanço patrimonial da Eletrobras como o de seu fluxo de caixa.

(i) Modalidade do instrumento derivativo:			Swap Fluxo de Caixa Não Constante Dólar (US\$) x Libor		
	MONTANTES	TAXAS	DATAS DE	AJUSTES DE	MONTANTES
	CONTRATADOS	UTILIZADAS	VENCIMENTO	MERCADO (MTM)	LIQ.SEMESTRALMENTE
Operação 1/2011	20.192	2,4400%	25/11/2015	-\$1.273	0
Operação 2/2012	20.192	2,4900%	25/11/2015	-\$1.312	0
Operação 3/2013	50.000	3,2780%	10/08/2020	-\$9.151	0
Operação 4/2014	100.000	3,3240%	10/08/2020	-\$18.759	0
Operação 5/2015	50.000	2,1490%	10/08/2015	-\$2.686	0
Operação 6/2016	100.000	2,2725%	10/08/2015	-\$5.855	0
Operação 7/2017	100.000	2,1790%	10/08/2015	-\$5.719	0
Operação 8/2018	100.000	2,1500%	10/08/2015	-\$5.558	0
Operação 9/2019	25.000	1,6795%	27/11/2020	-\$1.077	0
Operação 10/2020	25.000	1,6295%	27/11/2020	-\$883	0
Operação 11/2021	75.000	1,6285%	27/11/2020	-\$2.642	0
Operação 12/2022	75.000	1,2195%	29/11/2017	-\$1.401	0
Operação 13/2023	75.000	1,2090%	29/11/2017	-\$1.932	0
Operação 14/2024	50.000	1,2245%	29/11/2017	-\$1.346	0
Operação 15/2025	50.000	1,1670%	29/11/2017	-\$1.282	0
Operação 16/2026	50.000	1,1910%	29/11/2017	-\$1.372	0
Operação 17/2027	50.000	1,2105%	29/11/2017	-\$1.445	0
Operação 18/2028	25.000	1,1380%	29/11/2017	-\$321	0

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte que, diante dos problemas apresentados pelas instituições financeiras em 2008 e 2009, se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar esse risco, a Eletrobras instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, rating e expertise no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Eletrobras. Atualmente, a Eletrobras seleciona semestralmente as 20 melhores instituições financeiras baseadas nos critérios mencionados como instituições credenciadas a efetuarem operações de derivativos com a Companhia. Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às Instituições credenciadas que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

A Eletrobras determina para que todas as operações com derivativos a serem realizadas sejam enquadradas no conceito de "hedge de proteção", ratificando, com isso, o intuito único e exclusivo de realizar hedge com tais posições. Essa medida contrapõe o risco de liquidação descasada das posições de hedge com os seus respectivos objetos, visto que os fluxos financeiros de ambos sempre estarão casados.

4 - Derivativos Embutidos

Notas Explicativas

a) Eletronorte

A Controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

Cliente	Datas do contrato		Volumes médios de megawatts
	Inicial	Vencimento	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 MW - até 31/12/2006
Alcoa	01/07/2004	31/12/2024	800 MW - a partir de 01/01/2007
BHP	01/07/2004	31/12/2024	De 304,92 MW a 328 MW
			De 353,08 MW a 492 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2,773.21/ton e US\$ 1,450/ton, respectivamente.

5 - Passivos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

- a) Fornecedores: são originalmente mensurados pelo valor justo de mercado e amortizados essencialmente pelo método do custo amortizado.
- b) Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão – RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a agências multilaterais internacionais (BID, BIRD, CAF), não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o segundo trimestre de 2012 com contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R\$ 45.916.274 (R\$ 42.413.678 em 31 de dezembro de 2011), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$ (equivalentes)	%	R\$
Dólar Norte-Americano	10.519.745	41,75%	19.168.027
REAL	14.463.735	57,40%	26.354.371
YEN	183.939	0,73%	335.156
EURO	32.227	0,13%	58.720
	25.199.645	100%	45.916.274

Notas Explicativas

Empréstimo Compulsório: extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente, a Companhia gerencia o estoque residual do Empréstimo Compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% a.a., com prazo de resgate definido.

6 - Gestão de Riscos Financeiros:

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

6.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio.

A Companhia apresenta descasamento entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, proveniente da relação entre as operações de financiamentos e empréstimos, obtidos e concedidos, o que causa volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa proporcional à flutuação da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

6.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa Libor.

6.3 - Risco de commodities

A controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela ANEEL. A partir do Leilão 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado. A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela ANEEL, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

Notas Explicativas

6.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. No segmento de distribuição, a Companhia, através de suas controladas, faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado exclusivo, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

6.5 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas Explicativas**CONTROLADORA****30/06/2012**

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	647.948	553.983	619.504	17.006.456
Fornecedores	437.738	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	148.695	-	-	-

31/12/2011

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos	368.278	261.201	1.642.499	16.022.297
Fornecedores e outras obrigações	1.956.490	2.078.770	2.078.770	-
Garantias financeiras	-	-	-	-

CONSOLIDADO**30/06/2012**

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	5.568.205	3.463.168	6.266.231	30.618.673
Debêntures	1.142.729	-	-	-
Fornecedores	6.358.561	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	148.695	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	35.941	1.458.735	30.010	87.671

30/12/2011

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	4.047.972	2.416.820	6.484.413	32.196.189
Obrigações com arrendamento financeiro	142.997	259.034	388.551	1.127.959
Debêntures	210.984	-	-	-
Fornecedores	3.882.948	875	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.064.164	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.427	3.472	14.246	296.508

7 – Análise de Sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para fim de 2012 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos concedidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Notas Explicativas**Depreciação dos Índices - Empréstimos concedidos (em centavos e percentuais)****CONTROLADORA**

Contratos Concedidos - Var. Negativa - 2º tri 2012			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	863.813	1.746.025	1,950	1,463	0,975	1.263.327	842.218
IGP-M	12.848.523	25.970.720	2,81%	2,11%	1,41%	26.518.053	26.335.609
EURO(R\$/€)	29.048	58.714	2,562	1,922	1,281	40.912	27.275
IENE(R\$/¥)	207.324	419.063	0,024	0,018	0,012	287.351	191.567
TOTAL	13.948.708	28.194.523				28.109.643	27.396.669

CONSOLIDADO

Contratos Concedidos - Var. Negativa - 1º tri 2012			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	2.994.446	6.052.673	1,950	1,335	0,890	3.997.585	2.665.057
IGP-M	1.845.061	3.729.421	2,81%	3,04%	2,02%	3.842.683	3.804.929
TOTAL	4.839.506	9.782.094				7.840.268	6.469.986

Apreciação dos Índices - Empréstimos concedidos (em centavos e percentuais)**CONTROLADORA**

Contratos Concedidos - Var. Positiva - 2º tri 2012			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	863.813	1.746.025	1,950	2,438	2,925	2.105.544	2.526.653
IGP-M	12.848.523	25.970.720	2,81%	3,51%	4,22%	26.882.942	27.065.386
EURO(R\$/€)	29.048	58.714	2,562	3,203	3,843	68.187	81.825
IENE(R\$/¥)	207.324	419.063	0,024	0,030	0,036	478.918	574.701
TOTAL	13.948.708	28.194.523				29.535.591	30.248.565

CONSOLIDADO

Contratos Concedidos - Var. Positiva - 2º tri 2012			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar	2.994.446	6.052.673	1,950	2,225	2,670	6.662.642	7.995.170
IGP-M	1.845.061	3.729.421	2,81%	5,06%	6,07%	3.918.192	3.955.946
TOTAL	4.839.506	9.782.094				10.580.833	11.951.116

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Notas Explicativas**Depreciação dos Índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)****CONTROLADORA**

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2º tri 2012			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	4.729.633	9.560.007	1,950	1,4625	0,9750	6.917.088	4.611.392
EURO(R\$/€)	29.051	58.720	2,562	1,9215	1,2810	40.917	27.278
IENE(R\$/¥)	165.812	335.156	0,024	0,0180	0,0120	229.815	153.210
TOTAL	4.924.496	9.953.883				7.187.820	4.791.880

CONSOLIDADO

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 1º tri 2012			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	9.982.296	18.188.742	1,950	1,3350	0,8900	13.326.365	8.884.244
EURO(R\$/€)	32.227	58.720	2,562	1,8213	1,2142	58.694	39.129
IENE(R\$/¥)	183.939	335.156	0,024	0,0173	0,0116	3.189	2.126
TOTAL	10.198.462	18.582.618				13.388.248	8.925.499

Apreciação dos Índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)**CONTROLADORA**

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2º tri 2012			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	4.729.633	9.560.007	1,950	2,4375	2,9250	11.528.480	13.834.176
EURO(R\$/€)	29.051	58.720	2,562	3,2025	3,8430	68.194	81.833
IENE(R\$/¥)	165.812	335.156	0,024	0,0300	0,0360	383.026	459.631
TOTAL	4.924.496	9.953.883				11.979.700	14.375.641

CONSOLIDADO

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 1º tri 2012			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	9.982.296	18.188.742	1,950	2,2250	2,6700	22.210.609	26.652.731
EURO(R\$/€)	32.227	58.720	2,562	3,0355	3,6426	97.823	117.387
IENE(R\$/¥)	183.939	335.156	0,024	0,0289	0,0347	5.315	6.378
TOTAL	10.198.462	18.582.618				22.313.747	26.776.496

Foram realizadas análises de sensibilidade do ativo financeiro decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional. A análise limitou-se à variação da taxa de câmbio real por dólar, incluindo dois cenários onde há valorização cambial de 25% e 50% e dois cenários onde há desvalorização cambial de 25% e 50%.

Depreciação de Índices do Ativo Financeiro ITAIPU:

ATIVO FINANCEIRO ITAIPU			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	10.733.876	19.558.196	1,950	1,340	0,890	14.383.394	9.553.150

Notas Explicativas

Apreciação de Índices do Ativo Financeiro ITAIPU:

ATIVO FINANCEIRO ITAIPU			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	10.733.876	19.558.196	1,950	2,225	2,670	23.882.875	28.659.450

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e Alumar, esta subdividida em Alcoa e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do Alumínio no mercado internacional.

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do Alumínio Primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da empresa.

Tabela - Resultado Global Estimado

Derivativo em jun/2012	Cenário I (-25%) Índices e preços	Cenário II (-50%) Índices e preços	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
298.026	2.265	-	737.879	1.207.096

Para o cenário I (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US\$ 1,450.00), logo o valor tende a Zero impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto a variação obtida entre os cenários I e II (aumento de 25% e 50%) a grande variação apresentada refere-se a aplicação dos referidos percentuais nos valores de Câmbio, Preço de Alumínio e CDI. Na simulação de aumento de 25% o prêmio médio esperado para o contrato dos eletrointensivos para os dois anos de análise é de R\$ 34,04/MWh quando avaliamos o prêmio médio esperado para um aumento de 50% encontra-se um valor de R\$ 56,39/MWh.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

8 – Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no

Notas Explicativas

mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

CONTROLADORA				
30/06/2012				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Valores Mobiliários	-	5.615.172	-	5.615.172
Partes beneficiárias	-	-	181.309	181.309
Aplicações Financeiras	658.278	-	-	658.278
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.705.048	-	45.058	1.750.106
Cauções e depósitos	754.865	-	-	754.865
Total de ativos	<u>2.363.326</u>	<u>5.615.172</u>	<u>226.367</u>	<u>8.204.865</u>
Derivativos destinados para Hedge	-	-	-	-
Total de passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

CONTROLADORA				
31/12/2011				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Valores Mobiliários	-	8.666.466	-	8.666.466
Partes beneficiárias	-	-	212.419	212.419
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.561.533	-	45.902	1.607.435
Total de ativos	<u>1.561.533</u>	<u>8.666.466</u>	<u>258.321</u>	<u>10.486.320</u>

CONSOLIDADO				
30/06/2012				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Valores Mobiliários	1.761.485	5.729.995	-	7.491.480
Derivativos designados como hedge	-	303.571	-	303.571
Partes beneficiárias	-	-	181.309	181.309
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.911.628	-	45.058	1.956.686
Aplicações Financeiras	3.231.250	98.198	-	3.329.448
Cauções e depósitos	2.266.981	-	-	2.266.981
Total de ativos	<u>9.171.344</u>	<u>6.131.764</u>	<u>226.367</u>	<u>15.529.475</u>
Derivativos destinados para Hedge	-	142.649	-	142.649
Total de passivos	<u>-</u>	<u>142.649</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

CONSOLIDADO				
31/12/2011				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Valores Mobiliários	-	11.438.443	-	11.438.443
Derivativos designados como hedge	-	380.567	-	380.567
Partes beneficiárias	-	-	212.419	212.419
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.561.533	-	45.902	1.607.435
Aplicações Financeiras	331.452	524.294	-	855.746
Cauções e depósitos	-	161.942	-	161.942
Total de ativos	<u>1.892.985</u>	<u>12.505.246</u>	<u>258.321</u>	<u>14.656.552</u>

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Notas Explicativas

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

NOTA 43 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, sobre os quais as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

Notas Explicativas

As informações por segmento de negócios, correspondentes ao 2º trimestre de 2012 e 2011, são as seguintes:

	30/06/2012				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Receita Operacional Líquida	50.073	10.856.271	3.850.328	1.245.020	16.001.692
Despesas Operacionais	(641.448)	(8.070.268)	(3.148.189)	(1.078.718)	(12.938.623)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	(591.375)	2.786.003	702.139	166.302	3.063.069
Resultado Financeiro	1.267.218	(553.180)	(298.552)	(40.028)	375.458
Resultado de Participações Societárias	356.832	7.453	-	-	364.285
Irpj / Csll	(475.593)	(536.924)	(162.871)	-	(1.175.388)
Participação Minoritária	(10.673)	-	-	-	(10.673)
Lucro Líquido do Exercício	546.409	1.703.352	240.716	126.274	2.616.751

	30/06/2011				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Receita Operacional Líquida	40.918	9.444.698	2.889.405	1.062.262	13.437.283
Despesas Operacionais	(599.094)	(6.849.803)	(2.566.048)	(890.789)	(10.905.734)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	(558.176)	2.594.895	323.357	171.473	2.531.549
Resultado Financeiro	(118.869)	(701.049)	(120.313)	(24.525)	(964.756)
Resultado de Participações Societárias	380.580	7.982	-	-	388.562
Irpj / Csll	110.045	(336.413)	(90.308)	(2.746)	(319.422)
Participação Minoritária	(24.740)	-	-	-	(24.740)
Lucro Líquido do Exercício	(211.160)	1.565.415	112.736	144.202	1.611.193

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.

NOTA 44 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Eletrobras é a União que detém 40,88% das ações ordinárias e preferenciais da companhia (vide a Nota 35).

As transações da Eletrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições compatíveis com as que seriam praticadas no mercado. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas em condições normais de mercado.

	CONTROLADORA		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
FURNAS			
Financiamentos e empréstimos	3.249.623	-	-
Dividendo a receber	268.733	-	-
AFAC	500.000	-	-
Receitas de participação societária	-	-	389.426
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	106.248
	4.018.356	-	495.674

Notas Explicativas

CHESF			
Financiamentos e empréstimos	138.734	-	-
AFAC	1.293.000	-	-
Dividendo a receber	623.605	-	-
Outros	-	1.355	-
Receita de juros, comissões e taxas	-	-	5.013
Receitas de participações societárias	-	-	1.067.363
	2.055.339	1.355	1.072.376
ELETRONORTE			
Financiamentos e empréstimos	4.072.053	-	-
AFAC	600.557	-	-
Receitas de participação societária	-	-	135.862
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	148.160
	4.672.610	-	284.022
ELETROSUL			
Financiamentos e empréstimos	979.299	-	-
Dividendo a receber	102.509	-	-
AFAC	2.364.021	-	-
Receita de participações societárias	-	-	82.086
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	32.817
	3.445.829	-	114.903
CGTEE			
Financiamentos e empréstimos	1.035.547	-	-
AFAC	499.330	-	-
Dividendo a receber	51.818	-	-
Resultado em participações societárias	-	-	133.796
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	18.994
	1.586.695	-	114.802
ELETRONUCLEAR			
Financiamentos e empréstimos	1.136.656	-	-
Outros	-	207.354	-
Resultado de participações societárias	-	-	170.837
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	36.290
	1.136.656	207.354	207.127
ITAIPU			
Financiamentos e empréstimos	6.052.673	-	-
Dividendo a receber	505	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	395.274
	6.053.178	-	395.274
CEAL			
Financiamento e empréstimos	366.517	-	-
AFAC	106.484	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	47.561
Receitas de Juros, comissões e taxas	-	-	13.980
	473.001	-	33.581
CEPISA			
Financiamento e empréstimos	504.771	-	-

Notas Explicativas

AFAC	285.767	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	19.259
	790.538	-	19.259
AMAZONAS ENERGIA			
Financiamentos e empréstimos	659.856	-	-
AFAC	66.882	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	27.295
	726.738	-	27.295
CERON			
Financiamentos e empréstimos	114.619	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	80.231
AFAC	94.296	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	5.492
	208.915	-	74.739
ELETROPAR			
Resultado de participações societárias	-	-	9.863
	-	-	9.863
ELETROACRE			
Financiamentos e empréstimos	134.437	-	-
AFAC	170.346	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	6.032
	304.783	-	6.032
TESOURO NACIONAL			
Obrigações	-	219.173	-
	-	219.173	-
INAMBARI			
Resultado de participações societárias	-	-	695
	-	-	695
BELO MONTE			
Resultado de participações societárias	-	-	2.666
	-	-	2.666
CHC			
Resultado de participações societárias	-	-	506
	-	-	506
ELETROS			
Contribuições Previdenciárias	-	-	10.498
	-	-	10.498

CONSOLIDADO

PODER PÚBLICO FEDERAL	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Consumidores e revendedores	12.790	-	-
Outras despesas	-	-	7.207
Outras receitas	-	-	29.011

Notas Explicativas

	12.790	-	36.218
BNDES			
Empréstimos e financiamentos a pagar	-	10.402.979	-
	-	10.402.979	-
REAL GRANDEZA			
Contas a receber	3.269	-	-
Outros ativos	8.937	-	-
Contribuições previdenciárias	-	2.785	-
Fornecedores	-	-	-
Contas a pagar	-	431.454	-
Obrigações diversas	-	-	-
Contratos de dívida atuariais	-	41.246	-
Outros passivos	-	31.316	-
Encargos de dívida / Variação monetária	-	-	-
Contribuições normal mantenedor	-	-	(7.210)
Despesas atuariais	-	-	-
Ativo atuarial - baixa e Provisão atuarial	-	-	2.819
Outras despesas	-	-	(77.964)
Provisão atuarial	-	-	8.937
Contribuições desp administrativa	-	-	(1.727)
	12.206	506.801	(75.145)
NUCLEOS			
Outros ativos	9.156	-	-
Contribuições previdenciárias	-	2.606	-
Reversão das contribuições	-	-	9.156
Contribuições normal mantenedor	-	-	(9.156)
Outros ativos	-	-	(7.055)
	9.156	2.606	(7.055)
RS ENERGIA			
Contas a receber	4.546	-	-

Notas Explicativas

JCP / Dividendos a receber	1.074	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-
Participação societária permanente	-	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.598
Equivalência patrimonial acumulada	215.758	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.043
Outras receitas	-	-	7
	<u>221.378</u>	<u>-</u>	<u>4.648</u>

UIRAPURU

Contas a receber	9.509	-	-
JCP / Dividendos a receber	6.375	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	54.701	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.935
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.116
Outras receitas	-	-	8
	<u>70.585</u>	<u>-</u>	<u>5.059</u>

ARTEMIS

Contas a receber	499	-	-
JCP / Dividendos a receber	5.631	-	-
Participação societária permanente	262.953	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	14.289
Receitas de prestação de serviços	-	-	2.980
	<u>269.083</u>	<u>-</u>	<u>17.269</u>

PORTO VELHO

Contas a receber	5	-	-
JCP / Dividendos a receber	76	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	29.000	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	239.980	-	-
Outras receitas	-	-	29
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3.569)
	<u>269.061</u>	<u>-</u>	<u>(3.540)</u>

Notas Explicativas**NORTE BRASIL**

Equivalência patrimonial acumulada	125.375	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	865
	125.375	-	865

ETAU

Contas a receber	58	-	-
JCP / Dividendos a receber	66	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	23.348	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.510
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	343
Outras receitas	-	-	4
	23.472	-	1.857

ESBR

Equivalência patrimonial acumulada	705.735	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(2.020)
	705.735	-	(2.020)

CERRO CHATO I

Contas a receber	7	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	86.760	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(789)	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	25
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(789)
Outras receitas	-	-	5
	85.978	-	(759)

CERRO CHATO II

Contas a receber	9	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	80.910	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(554)	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(554)
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	25
Outras receitas	-	-	5
	80.365	-	(524)

Notas Explicativas**CERRO CHATO III**

Contas a receber	5	-	-
JCP / Dividendos a receber	159	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	446	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	74.790	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(2.323)
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	25
Outras receitas	-	-	4
	<u>75.400</u>	<u>-</u>	<u>(2.294)</u>

TELES PIRES

Participação societária permanente	91.529	-	-
Outros ativos	91.529	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(2.021)
	<u>183.058</u>	<u>-</u>	<u>(2.021)</u>

INTEGRAÇÃO

Equivalência patrimonial acumulada	15.835	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.877
	<u>15.835</u>	<u>-</u>	<u>4.877</u>

COSTA OESTE

Adiantamento para futuro aumento de capital	784	-	-
Outros ativos	43	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(153)
	<u>827</u>	<u>-</u>	<u>(153)</u>

TSBE

Outros ativos	6.269	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(139)
	<u>6.269</u>	<u>-</u>	<u>(139)</u>

LIVRAMENTO

Outros ativos	29.472	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(116)

Notas Explicativas

	29.472	-	(116)
SANTA VITÓRIA			
Contas a receber	242	-	-
Outros ativos	8.255	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.996	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(305)
receita prestação de serviços	-	-	242
	11.493	-	242
CHUI			
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(176)
	-	-	(176)
AMAPARI ENERGIA			
Participação societária permanente	38.107	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	6.271
	38.107	-	6.271
ENERGÉTICA ÁGUAS			
Participação societária permanente	82.725	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	5.868
	82.725	-	5.868
FACHESF			
Fornecedores	-	6.509	-
Contribuições previdenciárias	-	4.758	-
Contratos de dívidas atuariais	-	342.301	-
Despesas atuariais	-	-	(15.325)
Despesas operacionais	-	-	(8.504)
	-	353.568	(23.829)
NORTE ENERGIA			
Participação societária permanente	214.469	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	(3.203)	-

Notas Explicativas

	214.469	(3.203)	-
TDG			
Participação societária permanente	33.089	-	-
Contas a receber	88	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	525
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(4.196)
	33.177	-	(3.671)
MANAUS TRANSMISSÃO			
Participação societária permanente	120.074	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(2.194)
	120.074	-	(2.194)
IEMADEIRA			
Participação societária permanente	429.446	-	-
Contas a receber	130	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	11.325
	429.576	-	11.325
MANAUS CONSTRUÇÃO			
Participação societária permanente	15.750	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	926
	15.750	-	926
STN			
Contas a receber	177	-	-
Participação societária permanente	198.036	-	-
Fornecedores	-	1.235	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	15.399
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.070
Receitas financeiras (JCP)	-	-	712
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(5.716)
	198.213	1.235	11.465
INTESA			
Participação societária permanente	34.294	-	-

Notas Explicativas

Fornecedores	-	960	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.993
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(4.381)
	34.294	960	(2.388)

EAPS

Contas a receber	240	-	-
Participação societária permanente	82.725	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	7.453
	82.965	-	7.453

ESBR Part.

Participação societária permanente	705.735	-	-
Outros resultados abrangentes	-	1.347	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(2.020)
	705.735	1.347	(2.020)

SETE GAMELEIRAS

Participação societária permanente	11.678	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(82)
	11.678	-	(82)

S. PEDRO DO LAGO

Participação societária permanente	8.156	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(101)
	8.156	-	(101)

PEDRA BRANCA

Participação societária permanente	7.796	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(99)
	7.796	-	(99)

BRASVENTO MIASSABA

Adiantamento para futuro aumento de capital	7.350	-	-
Participação societária permanente	10.013	-	-

Notas Explicativas

Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-
	17.363	-	-

BRASVENTO EOLO

Adiantamento para futuro aumento de capital	8.330	-	-
Participação societária permanente	7.208	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-
	15.538	-	-

ANDE

Consumidores e revendedores	54.794	-	-
Outros ativos	21.214	-	-
Obrigações diversas	-	(25.435)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	117.155
Receitas financeiras	-	-	235
Despesas financeiras	-	-	570
Outras despesas	-	-	(20.772)
	76.008	(25.435)	97.188

FIBRA

Contas a pagar	-	(42.814)	-
Contribuições previdenciárias	-	(1.696)	-
Despesas financeiras	-	-	(3.472)
Contribuições previdenciárias	-	-	(9.364)
	-	(44.510)	(12.835)

CAJUBI

Contas a pagar	-	(38.569)	-
Contribuições previdenciárias	-	(3.902)	-
Outros passivos	-	(739.728)	-
Despesas financeiras	-	-	(1.216)
Contribuições previdenciárias	-	-	(11.396)
	-	(782.200)	(12.612)

Notas Explicativas**ENERPEIXE**

Contas a receber	30	-	-
Consumidores e revendedores	535	-	-
JCP / Dividendos a receber	3.120	-	-
Participação societária permanente	561.000	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	3.046
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	2.423
	564.685	-	5.469

TRANSLESTE

JCP / Dividendos a receber	933	-	-
Participação societária permanente	23.014	-	-
Fornecedores	-	(129)	-
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(602)
	23.947	(129)	(602)

TRANSUDESTE

JCP / Dividendos a receber	3.338	-	-
Contas a receber	24	-	-
Participação societária permanente	13.587	-	-
Fornecedores	-	(80)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	65
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(372)
	16.949	(80)	(307)

TRANSIRAPÉ

JCP / Dividendos a receber	2.765	-	-
Participação societária permanente	10.632	-	-
Fornecedores	-	(55)	-
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(257)
	13.397	(55)	(257)

CENTROESTE

Adiantamento para futuro aumento de capital	3.528	-	-
---	-------	---	---

Notas Explicativas

Contas a receber	55		
Participação societária permanente	19.163	-	-
Fornecedores	-	(55)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	268
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(253)
	22.746	(55)	15

BAGUARI

Consumidores e revendedores	40	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	82.632	-	-
Participação societária permanente	3.035	-	-
JCP / Dividendos a receber	9.729	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	188
	95.436	-	188

RETIRO BAIXO

Contas a receber	2.605	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	58	-	-
Participação societária permanente	107.738	-	-
	110.401	-	-

CHAPECOENSE

JCP / Dividendos a receber	5.501	-	-
Participação societária permanente	279.672	-	-
	285.173	-	-

MADEIRA ENERGIA

Participação societária permanente	1.117.911	-	-
	1.117.911	-	-

INAMBARI

Participação societária permanente	7.023		
	7.023	-	-

TRANSENERGIA RENOVÁVEL

Notas Explicativas

Adiantamento para futuro aumento de capital	16.226	-	-
Contas a receber	5	-	-
Participação societária permanente	75.085	-	-
Fornecedores	-	(9)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	(8)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(56)
	<u>91.316</u>	<u>(9)</u>	<u>(64)</u>

MGE TRANSMISSÃO

Participação societária permanente	35.561	-	-
JCP / Dividendos a receber	201	-	-
Contas a receber	30	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.025
	<u>35.792</u>	<u>-</u>	<u>1.025</u>

GOIÁS TRANSMISSÃO

Participação societária permanente	44.047	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	18.620	-	-
JCP / Dividendos a receber	300	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	640
	<u>62.967</u>	<u>-</u>	<u>640</u>

REI DOS VENTOS

Adiantamento para futuro aumento de capital	9.310	-	-
Participação societária permanente	9.394	-	-
	<u>18.704</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

SEFAC ENERGIA

JCP / Dividendos a receber	1.006	-	-
Participação societária permanente	124.460	-	-
Contas a receber	35	-	-
	<u>125.501</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

TRANS SÃO PAULO

Adiantamento para futuro aumento de capital	7.987	-	-
Participação societária permanente		-	-

Notas Explicativas

	17.742		
JCP / Dividendos a receber	565	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	244
	26.294	-	244
TRANS GOIÁS			
Participação societária permanente	2.666	-	-
	2.666	-	-
CALDAS NOVAS			
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.463	-	-
Participação societária permanente	1.221	-	-
	3.684	-	-
IE GARANHUS			
Participação societária permanente	8.256	-	-
	8.256	-	-
LUZITÂNIA NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA			
Participação societária permanente	931	-	-
	931	-	-

Remuneração de Pessoal Chave

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	1.559	2.317	15.063	12.975
Salários e encargos sociais	301	506	2.882	2.989
Outros	96	252	1.840	1.479
	1.955	3.075	19.785	17.444

NOTA 45 - EVENTOS SUBSEQUENTES**1. Pedido de Prorrogação de Concessões de Energia Elétrica**

O Sistema Eletrobras através de suas empresas possui concessões para explorar o serviço público de energia elétrica conforme contratos firmados junto a ANEEL –

Notas Explicativas

Agência Nacional de Energia Elétrica, algumas das quais tem vencimento para 2015. Assim, foram adotadas todas as providências legais e contratuais, inclusive quanto à manifestação de seu interesse pela prorrogação do prazo das referidas concessões.

2. Investimento na Coligada Celpa (em recuperação judicial)

A empresa coligada Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.686.894 no encerramento do trimestre findo de 30 de junho de 2012. A empresa apresentou, em 4 de maio de 2012, seu plano de recuperação judicial ainda pendente de aprovação pelos credores. Todos os créditos existentes contra a Investida até a data do ajuizamento do pedido, ainda que não vencidos, estão sujeitos à recuperação judicial e serão pagos nos termos a ser aprovado. A Assembleia geral de credores convocada para ser realizada em 9 de agosto de 2012, com o objetivo de apreciar o plano de recuperação, foi postergada para o dia 21 de agosto de 2012.

José da Costa Carvalho Neto
Presidente

Armando Casado de Araújo
*Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores*

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Engenharia

Miguel Colasuonno
Diretor de Administração

Marcos Aurélio Madureira da Silva
Diretor de Distribuição

José Antônio Muniz Lopes
Diretor de Transmissão

João Vicente Amato Torres
Contador
CRC-RJ-057.991/O-S-DF

Outras Informações Relevantes

1 – Posição acionária por espécie e classe dos acionistas detentores de mais de 5% das ações do capital social da Companhia.

▪ Eletrobras:

Acionistas 30/06/2012	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total	
União Federal (3)	552.968.382	50,87%			2.252	0,00%	552.970.634	40,88%
BNDESPAR	180.757.951	16,63%			18.691.102	7,04%	199.449.053	14,75%
BNDES (1)	76.338.832	7,02%			18.262.671	6,88%	94.601.503	6,99%
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND * (2)	45.621.589	4,20%					45.621.589	3,37%
CEF	8.701.564	0,80%					8.701.564	0,64%
Fundo Garantidor de Habitação – FHAB *	1.000.000	0,09%					1.000.000	0,07%
Fundo Garantidor para Investimentos – FGI *					8.750.000	3,30%	8.750.000	0,65%
Fundo de Garantia de Operações – FGO *					468.600	0,18%	468.600	0,03%
CAE	525	0,00%					525	0,00%
Diretores	1	0,00%					1	0,00%
JP Morgan Chase Bank **	69.519.125	6,40%			30.439.341	11,47%	99.958.466	7,39%
Skagen K. T. Verdipapirfond ***					27.892.363	10,51%	27.892.363	2,06%
Victor Adler			50.200	34,17%			50.200	0,00%
Outros	152.142.328	13,99%	96.720	65,83%	160.930.554	60,62%	313.169.602	23,17%
Total	1.087.050.297	100,00%	146.920	100,00%	265.436.883	100,00%	1.352.634.100	100,00%

* Fundos no qual o Governo Federal participa.

** Banco depositário dos ADRs de emissão da Eletrobras.

*** Fundos sediados no exterior os quais não se têm abertura de participantes.

(1) Das 82.307.232 ações ON, 80.513.664 pertencem ao BNDES e 1.793.568 pertencem ao Fundo de Participação Social (FPS) do qual o Banco é gestor.

(2) O acionista FND foi extinto, conforme MP 507/10, de 30/12/10. Após o processo de inventário, serão transferidas 30.058.641 ações ON ao acionista União Federal.

(3) União incorporou 1.420 ações PNB provenientes da Rede Ferroviária Federal, conforme ofício nº 016/INV/RFFSA/2001 enviado pelo Ministério dos Transportes.

Outras Informações sobre a Companhia Entenda Relevantes

O BNDES possui 100% do capital social do BNDESPAR.

O BNDES é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

2 – Quantidade e característica dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia detidos pelos grupos acionista Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal, conforme o artigo 4.2, item III do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da Bovespa.

2.1 – Acionista Controlador e Administradores (Eletrobras):

Acionistas Em 30/06/2012	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Controlador	934.906.917	86,00%	0	0,00%	46.174.625	17,40%	981.081.542	72,53%
Conselho de Administração	525	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	525	0,00%
Diretores	1	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Total	934.907.443	86,00%	0	0,00%	46.174.625	17,40%	981.082.068	72,53%

2.2 – Ações em Circulação (Free Float):

Acionistas Em 30/06/2012	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Outros*	152.142.854	14,00%	146.920	100,00%	219.262.258	82,60%	371.552.032	27,47%

* Já deduzidas as 526 ações ON em poder dos Administradores (Diretores e Membros do Conselho de Administração).

2.3 – Total Geral:

Acionistas Em 30/06/2012	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Total Geral	1.087.050.297	100,00%	146.920	100,00%	265.436.883	100,00%	1.352.634.100	100,00%

Outras Informações que a Companhia Deve Revelar - Dívidas de emissão da Companhia detidas pelos grupos acionista Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal, conforme o artigo 4.2, item IV do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da Bovespa.

3.1 – Acionista Controlador e Administradores (Eletrobras):

Acionistas Em 30/06/2011	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Controlador (União Federal)	865.388.317	79,60%	0	0,00%	46.713.205	17,60%	911.561.522	67,39%
Conselho de Administração	525	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	525	0,00%
Diretores	1	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Total	865.388.843	79,60%	0	0,00%	46.713.205	17,40%	911.562.048	67,40%

3.2 – Ações em Circulação (Free Float):

Acionistas Em 30/06/2011	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Outros***	221.661.454*	20,40%	146.920	100,00%	219.263.678	82,40%	441.072.052	32,60%

*** Já deduzidas as 526 ações em poder dos Administradores (Diretores e Membros do Conselho de Administração).

3.3 – Total Geral:

Acionistas Em 30/06/2011	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Total Geral	1.087.050.297	100,00%	146.920	100,00%	265.436.883	100,00%	1.352.634.100	100,00%

Data base: 30/06/2011

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (doravante denominada "Companhia" ou "Eletrobras"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Continuidade operacional das empresas controladas do segmento de distribuição e determinadas investidas

Chamamos a atenção para a Nota 14 às Informações Trimestrais - ITR, que descreve que as empresas controladas do segmento de distribuição têm apurado prejuízos repetitivos em suas operações e as distribuidoras Amazonas Energia e Ceal apresentaram excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do trimestre no montante de R\$ 1.348.558 mil. A continuidade operacional dessas empresas depende da manutenção do suporte financeiro por parte da Controladora.

Conforme também descrito na Nota 14, a empresa coligada Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.686.894 mil no encerramento do trimestre findo em 30 de junho de 2012 e em 4 de maio de 2012 a empresa apresentou à CVM seu plano de recuperação judicial que ainda está pendente de aprovação de seus credores. Todos os créditos existentes contra a Investida até a data do ajuizamento do pedido, ainda que não vencidos estão sujeitos à recuperação judicial e serão pagos nos termos do plano de recuperação judicial a ser aprovado entre as partes, podendo ser ainda objeto de alteração de acordo com os termos apresentados. A Assembleia geral de credores prevista para aprovar o plano apresentado, a ser realizada em 9 de agosto de 2012, foi postergada. Adicionalmente, a empresa coligada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT, a qual apresentou em 30 de junho de 2012 excesso de passivos sobre os ativos circulantes no

montante de R\$ 379.957 mil, e pertencente ao mesmo grupo econômico da CELPA, também está em negociação com seus credores para alongar o perfil de seu endividamento.

A Companhia avaliou os ativos referentes aos empréstimos a receber e investimentos nas referidas empresas com base nos critérios e premissas descritos nas Notas 8 e 14, sendo que quando definidos os termos do plano de recuperação e os novos termos de negociação com os credores pode haver alteração nas bases de avaliação desses ativos.

As situações descritas suscitam dúvida substancial sobre a continuidade operacional destas empresas controladas e coligadas.

Nosso relatório de revisão não está ressalvado em função desses assuntos.

Elaboração das informações contábeis Intermediárias individuais

Conforme descrito na Nota 3, as informações contábeis intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2012.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF